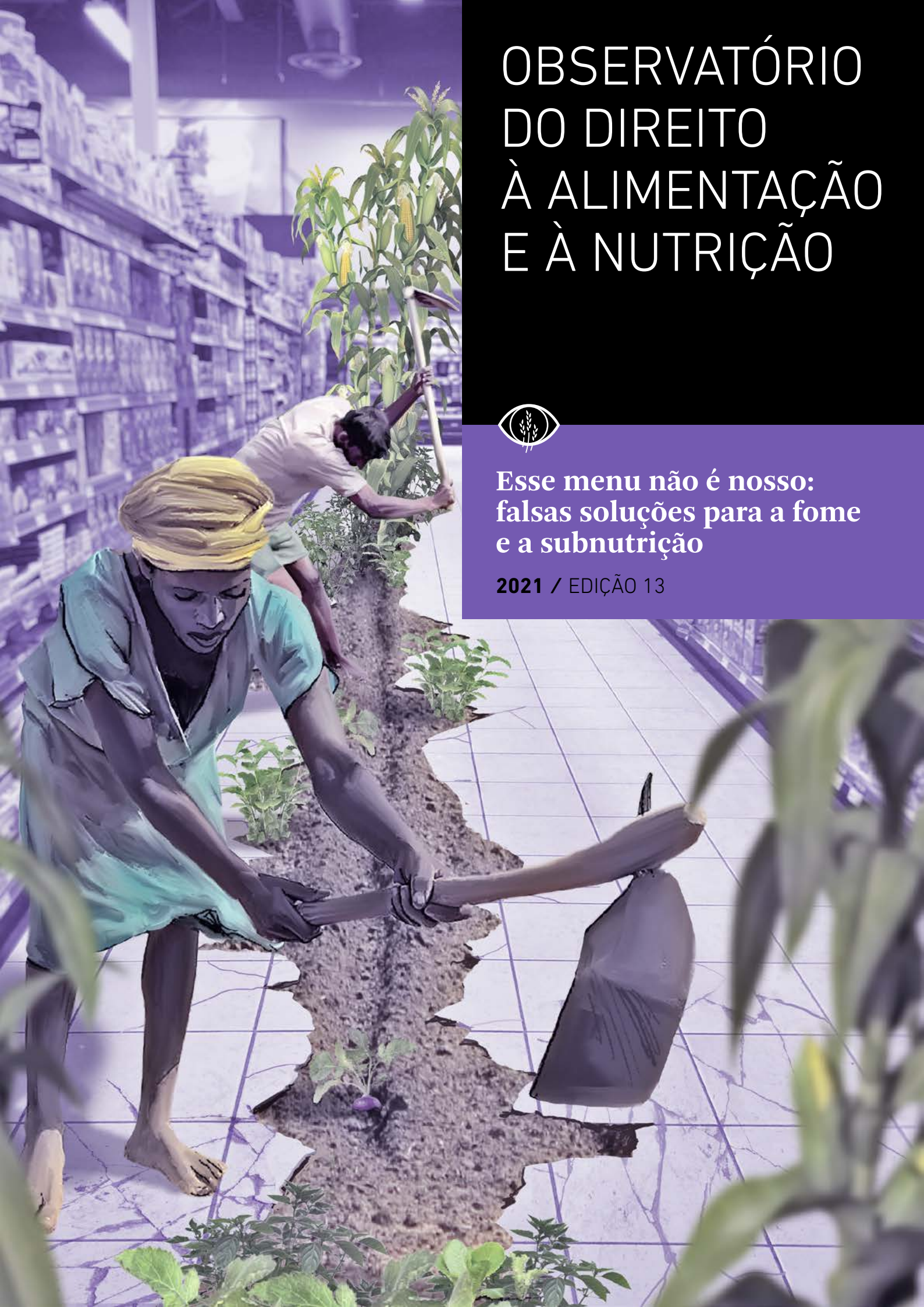


# OBSERVATÓRIO DO DIREITO À ALIMENTAÇÃO E À NUTRIÇÃO



**Esse menu não é nosso:  
falsas soluções para a fome  
e a subnutrição**

**2021 / EDIÇÃO 13**



# REDE GLOBAL PARA O DIREITO À ALIMENTAÇÃO E À NUTRIÇÃO



O Observatório do Direito à Alimentação e à Nutrição é a publicação-chave da Rede Global para o Direito à Alimentação e à Nutrição, que envolve as seguintes organizações e movimentos sociais:



Aliança Internacional de Organizações  
Católicas para o Desenvolvimento (CIDSE)  
*Bélgica*



Coalizão Internacional de Habitat - Rede pelo  
Direito à Habitação e à Terra (HIC-HLRN)  
*Egito*



Aliança Mundial de Ação para a Amamentação  
(WABA)  
*Malásia*



Coletivo de Entidades Negras (CEN)  
*Brasil*



Aliança Mundial dos Povos Indígenas Nômadas  
(WAMIP)  
*Índia*



Conselho Internacional de Tratados Indígenas  
(CITI)  
*EUA*



Aliança para a Agroecologia e Biodiversidade da  
Zâmbia (ZAAB)  
*Zâmbia*



Conselho Mundial de Igrejas – Aliança  
Ecuménica de Ação (WCC-EAA)  
*Suíça*



Associação Camponesa para o Desenvolvimento  
(A.P.A.D.E)  
*Togo*



Convergência do Mali contra a Usurpação de  
Terras (CMAT)  
*Mali*



Associação para a Proteção da Natureza no  
Sahel (APN-Sahel)  
*Burkina Faso*



Dejusticia  
*Colômbia*



Biowatch África do Sul  
*África do Sul*



FIAN Internacional  
*Alemanha*



Brot für Alle (Pão para Todos)  
*Suíça*



Fórum Brasileiro de Soberania  
e Segurança Alimentar e Nutricional  
(FBSSAN)  
*Brasil*



Brot für die Welt (Pão para o Mundo)  
*Alemanha*



Fórum Mundial de Pescadores e Trabalhadores  
da Pesca (WFF)  
*Uganda*



Campanha pelo Direito à Alimentação  
*Índia*



Fórum Mundial de Povos Pescadores (WFFP)  
*África do Sul*



Centro Africano para a Biodiversidade (ACB)  
*África do Sul*



Fundação Maleya  
*Bangladesh*



Centro de Recursos e Investigação para  
Mulheres da Região Ásia-Pacífico (ARROW)  
*Malásia*



HEKS/EPER (Assistência da Igreja Suíça)  
*Suíça*



Centro Internacional Crocevia  
*Itália*



Justiça Alimentar (Food Justice)  
*Espanha*



**KATARUNGAN** (*Justiça*)  
*Filipinas*



**KHANI**  
*Bangladesh*



**Movimento pela Saúde dos Povos (PHM)**  
*África do Sul*

**Movimento Popular contra a POSCO (PPSS)**  
*Índia*



**Observatório de Direitos Económicos, Sociais e Culturais (Observatori DESC)**  
*Espanha*



**Organização Intereclesiástica de Cooperação para o Desenvolvimento (Cooperação ICCO)**  
*Países Baixos*



**Organização Mundial Contra a Tortura (OMCT)**  
*Suíça*



**Plataforma Interamericana de Direitos Humanos, Democracia e Desenvolvimento (PIDHDD)**  
*Equador*



**Rede Africana para o Direito à Alimentação (RAPDA)**  
*Benim*



**Rede da Sociedade Civil para a Segurança Alimentar e Nutricional na Comunidade de Países da Língua Portuguesa (REDSAN-CPLP)**  
*Portugal*



**Rede de Ação Internacional para a Alimentação de Bebés (IBFAN)**  
*Suíça*



**Rede de Direito à Alimentação — Malawi**  
*Malawi*



**Rede de Mulheres para o Relatório da ONU (WUNRN)**  
*EUA*



**Rede de Organizações Camponesas e de Produtores da África Ocidental (ROPPA)**  
*Burkina Faso*



**Rede Independente de Assistência Alimentar (IFAN)**  
*Reino Unido*



**Sociedade para o Desenvolvimento Internacional (SID)**  
*Itália*



**Solidaritas Perempuan (SP)**  
*Indonesia*



**SOS Faim Luxembourg (SOS Fome Luxemburgo)**  
*Luxemburgo*



**Sustain**  
*Reino Unido*



**Terra Nuova - Centro per lo Volontariato ONLUS (TN)**  
*Itália*



**União Internacional de Trabalhadores da Alimentação (IUF)**  
*Suíça*



**URGNCI**  
*França*



**WhyHunger**  
*EUA*

## PUBLICADO POR



Brot für die Welt  
(Pão para o Mundo)  
Alemanha



FIAN Internacional  
Alemanha

## FINANCIADO POR



Agência Suíça para o Desenvolvimento  
e a Cooperação (SDC)



FIAN Internacional



Brot für die Welt  
(Pão para o Mundo)



HEKS/EPER (Assistência da Igreja Suíça)

O conteúdo desta publicação pode ser citado ou reproduzido, desde que a fonte da informação seja mencionada. Os editores e editoras gostariam de receber uma cópia dos documentos em que a publicação seja usada ou citada. Todas as hiperligações referidas nesta publicação foram acedidas pela última vez em julho de 2021.

### | Conselho Editorial

C. Sathyamala, Instituto Internacional de Estudos Sociais (ISS)

Christina M. Schiavoni, pesquisadora independente

Danny Carranza, KATARUNGAN (Justiça)

Eva Martina Gamboa, Liga Continental de Mulheres Indígenas das Américas (ECMIA)

Glory Lueong, FIAN Internacional

Isabel Álvarez Vispo, URGENCI

Karine Peschard, Instituto de Pós-Graduação em Estudos Internacionais e Desenvolvimento (IHEID)

Marciano Toledo Silva, Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)

Marcos Ezequiel Filardi, cátedra independente sobre soberania alimentar, Universidade de Buenos Aires (UBA) e Museu da Fome

Mariam Mayet, Centro Africano para Biodiversidade (ACB)

Maryam Rahmanian, Painel Internacional de Especialistas em Sistemas Alimentares Sustentáveis (IPES-Food)

Rachmi Hertanti, Indonésia pela Justiça Global (IGJ) e FIAN Indonésia

Stig Tanzmann, Brot für die Welt (Pão para o Mundo)

### | Editora-Chefe

Yifang Tang,  
FIAN International – [tang@fian.org](mailto:tang@fian.org)

| Tradução de inglês e espanhol para português  
Di Pinheiro

| Revisão de estilo e edição em português  
Luis Pires

| Arte e Design [bta.creativa](http://bta.creativa)

| Capa Ilustração de Álvaro López

### OUTUBRO 2021

Siga-nos no Facebook:  
[www.facebook.com/RtFNWatch](https://www.facebook.com/RtFNWatch)

Acompanhe os últimos acontecimentos no [Twitter](#)  
e [Instagram](#) #RtFNWatch

ISSN:  
2749-4322



[www.righttofoodandnutrition.org/observatorio](http://www.righttofoodandnutrition.org/observatorio)

# ÍNDICE

01	O Surgimento do Discurso dos 'Sistemas Alimentares' e as Soluções Corporativas pa-ra a Fome e a Desnutrição <i>Elisabetta Recine, Ana María Suárez Franco and Colín Gonsalves</i>	06
02	Aquicultura, financeirização e o impacto nas comunidades pesqueiras de pequena escala <i>Carsten Pedersen, Yifang Tang</i>	14
03	Bancos de alimentos e caridade como uma resposta falsa à fome em países ricos, mas desiguais <i>Alison Cohen, Kayleigh Garthwaite, Sabine Goodwin, jade guthrie, Wendy Heipt</i>	20
04	O que cresce imperceptivelmente: alimentação saudável e solidariedade transformadora <i>Mario Gabriel Macías Yela, Valéria Torres Amaral Burity, Paulo Asafe C. Spínola, Sofia Monsalve</i>	26

## SIGLAS E ABREVIATURAS

<b>CEPAL</b>	Comissão Económica para a América Latina e Caribe	<b>HLPE</b>	Painel de Peritos Alto Nível do Comité de Segurança Alimentar Mundial das Nações Unidas
<b>CEDAW</b>	Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres	<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>CFS</b>	Comité de Segurança Alimentar Mundial	<b>UNDROP</b>	Declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos camponeses e outras pessoas que trabalham em áreas rurais
<b>COFI</b>	Comité de Pesca da FAO	<b>UNDRIP</b>	Declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos povos indígenas
<b>CSM</b>	Mecanismo da Sociedade Civil para o Relacionamento com o Comité da Organização das Nações Unidas sobre Segurança Alimentar Mundial	<b>VGFSyN</b>	Diretrizes Voluntárias sobre Sistemas Alimentares e Nutrição
<b>FAO</b>	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação		
<b>FEM</b>	Fórum Económico Mundial		

# 01

# O SURGIMENTO DO DISCURSO DOS 'SISTEMAS ALIMENTARES' E AS SOLUÇÕES CORPORATIVAS PARA A FOME E A DESNUTRIÇÃO

*Elisabetta Recine, Ana María Suárez Franco e Colin Gonsalves*

**Elisabetta Recine** é doutorada em Saúde Pública. Ela é membro do Observatório de Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional da Universidade de Brasília. Atua como pesquisadora de políticas públicas e é ativista pelo direito humano à alimentação e nutrição adequadas e pela promoção da alimentação saudável. Elisabetta faz parte da coordenadoria da Aliança Brasileira pela Alimentação Adequada e Saudável, e do Grupo Temático da Associação Brasileira de Saúde Pública. Ela é membro do Comitê Organizador da Conferência Popular sobre Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional.

**Ana María Suárez Franco** é coordenadora do trabalho de prestação de contas da FIAN International e representante permanente da organização junto às Nações Unidas (ONU), em Genebra. É advogada com pós-graduação em políticas públicas em universidades da Colômbia, e fez mestrado e doutorado em Direito em universidades da Alemanha. Ela participou como especialista em processos de negociação no Conselho de Direitos Humanos e vem a trabalhar em estreita colaboração com comunidades afetadas por violações do seu direito à alimentação em várias regiões, para as apoiar no uso de mecanismos de responsabilização no sistema de direitos humanos da ONU e no sistema de direitos humanos interamericano há mais de 20 anos.

**Colin Gonsalves** é advogado sênior do Supremo Tribunal da Índia e fundador da *Human Rights Law Network*, uma organização que reúne mais de 200 advogados e paralegais que operam em 28 escritórios espalhados por toda a Índia. Ele é frequentemente associado ao caso 'Direito à Alimentação' de 2001, que resultou em ordens da Supremo Tribunal da Índia que impuseram uma refeição gratuita ao meio-dia para todas as crianças em idade escolar, e cereais subsidiados para mais de 400 milhões de indianos que vivem abaixo da linha de pobreza. Ele recebeu o prêmio *Right Livelihood* em 2017.

*“Embora o conceito [sistemas alimentares] em si não implique propostas nem soluções específicas para as crises atuais dos sistemas alimentares, a maneira como os diferentes atores descrevem e interpretam o termo ‘sistema alimentar’ influencia a direção do debate.”*

## A ASCENSÃO DAS NARRATIVAS DOS SISTEMAS ALIMENTARES

Nos últimos anos, o conceito de ‘sistemas alimentares’ tem vindo a ganhar destaque em diversos processos globais.<sup>1</sup> Embora não haja uma definição unificada,<sup>2</sup> muitas definições tendem a abranger as diferentes etapas e atores envolvidos na cadeia produtiva, desde os produtores até os consumidores. Alguns incluem resultados de saúde e nutrição, bem como externalidades económicas, ambientais e sociais. Embora o conceito em si não implique propostas nem soluções específicas para as crises atuais dos sistemas alimentares, a maneira como os diferentes atores descrevem e interpretam o termo ‘sistema alimentar’ influencia a direção do debate. A princípio, esse conceito emergente de ‘sistemas alimentares’ parece apontar para uma mudança de paradigma. À primeira vista, ele evita a abordagem limitada de ‘segurança alimentar’ e prefere a uma compreensão mais holística que reconhece as interações de vários atores, bem como a forma como os seres humanos, a natureza e os alimentos estão interconectados. Um olhar mais atento sobre como o conceito de sistemas alimentares é definido pela ONU nos seus vários processos, no entanto, revela um quadro diferente. Por exemplo, a definição de ‘sistemas alimentares’ fornecida pelo Painel de Alto Nível de Especialistas em Segurança Alimentar e Nutricional (HLPE, na sigla em inglês)<sup>3</sup> inicialmente omitiu valores, que são pertinentes a uma perspectiva de direitos humanos. Posteriormente, o HLPE acrescentou princípios como sustentabilidade, equidade, inclusão e agência à sua definição.<sup>4</sup> Da mesma forma, essa abordagem reducionista pode ser vista nas negociações do Comité Mundial de Segurança Alimentar sobre as Diretrizes Voluntárias sobre Sistemas Alimentares e Nutrição (VGFSyN, na sigla em inglês), e nas Recomendações sobre Políticas Agroecológicas e outras Abordagens Inovadoras. Ela também é perceptível nos preparativos para a Cúpula dos Sistemas Alimentares da ONU.

### AGRADECIMENTOS |

Agradecimentos especiais à Charlotte Dreger (FIAN International) por sua valiosa contribuição, e à Priscilla Claeys (Coventry University) e Claudio Schuftan (*People's Health Movement*) pelo apoio na revisão deste artigo.

### FOTO | © Lyza D. Gardner

- 1 Alguns desses processos são: os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS); os diálogos em torno da Cúpula de Sistemas Alimentares das Nações Unidas (ONU); as recentes negociações no Comité de Segurança Alimentar Mundial da ONU (CFS, na sigla em inglês); em primeiro lugar, as Diretrizes Voluntárias sobre Sistemas Alimentares e Nutrição (VGFSyN, na sigla em inglês) e, em segundo, as Recomendações sobre Políticas Agroecológicas e outras Abordagens Inovadoras.
- 2 HLPE. (2017). *Nutrition and Food Systems - A report of the High Level panel of Experts of Food Security and Nutrition*. FAO. Disponível em inglês em: [www.fao.org/3/i7846e/i7846e.pdf](http://www.fao.org/3/i7846e/i7846e.pdf); HLPE. (2020). *Food Security and Nutrition. Building a Global Narrative Towards 2030*. FAO. Disponível em inglês em: [www.fao.org/3/ca9731en/ca9731en.pdf](http://www.fao.org/3/ca9731en/ca9731en.pdf); FAO. (2018). *Sustainable Food Systems. Concept and Framework*. Disponível em inglês em: [www.fao.org/3/ca2079en/CA2079EN.pdf](http://www.fao.org/3/ca2079en/CA2079EN.pdf); e IPES Food. (2015). *The new science of sustainable food*

Em suma, a narrativa dominante da ONU sobre os sistemas alimentares falha em abordar os impulsionadores estruturais que moldam os sistemas agroindustriais de alimentos, como comércio, financeirização,<sup>5</sup> patriarcado e neocolonialismo. E também falha em definir suficientemente o novo paradigma alimentar necessário para sociedades mais justas, sustentáveis e saudáveis. Nos últimos 60-70 anos, um sistema alimentar global dominante emergiu, apesar da existência de múltiplas formas de sistemas alimentares. A servir os interesses de alguns atores poderosos, este sistema alimentar dominante é caracterizado pelo modelo agroindustrial e marginaliza outros sistemas alimentares existentes. Ele globaliza cada vez mais as cadeias “alimentares” e “de valor”, tem ao seu centro o comércio e os investimentos globais e anda de mãos dadas com a concentração corporativista, que atende aos interesses dos países poderosos e das grandes empresas.<sup>6</sup>

A abordagem dominante no que se refere aos sistemas alimentares é problemática pelas seguintes razões<sup>7</sup>:

- **Ela faz uso dos direitos humanos apenas marginal ou superficialmente**, inclusive por meio da ausência de um reconhecimento à soberania alimentar e de enfoque nos grupos marginalizados
- **Não reconhece os sistemas alimentares como uma questão de interesse público e de convergência política**. Em vez disso, ela define alimento como uma mercadoria, ao invés de um bem comum e um direito humano. E apresenta uma interpretação fragmentada dos sistemas alimentares, que ignora as complexas interconexões entre uma ampla gama de áreas.
- **Baseia-se numa análise parcial da insustentabilidade do atual modelo agroindustrial**, e concentra-se apenas nas emissões de gases de efeito estufa, devastação florestal e perda da biodiversidade como desafios que precisam ser enfrentados com soluções tecnológicas, que na verdade perpetuam a exclusão dos povos indígenas, comunidades camponesas e grupos marginalizados.
- **Não reconhece as relações de poder e os determinantes estruturais da injustiça alimentar, como o comércio e o investimento**. Ela subestima as reformas de governo necessárias para garantir a prestação de contas democrática (incluindo a responsabilidade corporativa) e proteger os espaços públicos de conflitos de interesse. Além disso, ela ignora as obrigações dos Estados que estão consagradas nos instrumentos de direitos humanos. Em vez disso, essa abordagem prefere regulamentos não vinculativos, como códigos de conduta e normas éticas, e concentra-se, por exemplo, em escolhas adequadas feitas pelos consumidores e esquemas que envolvem muitas partes interessadas.<sup>8</sup>
- **Legitima o modelo económico e de desenvolvimento dominante**. Essa abordagem não questiona nem esclarece por que o sistema alimentar global hegemónico e o modelo de produção agroindustrial atuais não conseguiram responder à fome e à desnutrição, e por que esse sistema está precisamente no cerne do problema. Ela vê os sistemas alimentares como algo linear e concentra-se nas cadeias de abastecimento de alimentos. Isso promove a ideia de que os pequenos produtores e produtoras de alimentos devem ser integrados nas cadeias de valor globais, ao invés de garantir que a sua soberania alimentar seja respeitada e protegida.

systems. *Overcoming barriers to food systems barriers*. Disponível em inglês em: [www.ipes-food.org/\\_img/upload/files/NewScienceofSusFood.pdf](http://www.ipes-food.org/_img/upload/files/NewScienceofSusFood.pdf)

3 HLPE. (2017). Nota supracitada 1.

4 HLPE. (2020). Nota supracitada 1.

5 A financeirização é definida como “a crescente importância dos mercados financeiros, motivos financeiros, instituições financeiras e elites financeiras no funcionamento da economia e das suas instituições governantes, tanto em nível nacional como internacional.” Consulte: Epstein, G. A. (2005). Introdução. Em Epstein, G. A. (Ed.) *Financialization and the world economy*. Edward Elgar Publishing. p.3. Disponível em inglês em: [www.e-elgar.com/shop/gbp/financialization-and-the-world-economy-9781843768746.html](http://www.e-elgar.com/shop/gbp/financialization-and-the-world-economy-9781843768746.html)

6 ETC Group. (2021). *Who will Feed Us? The Peasant Food Web vs the Industrial Food Chain*. Disponível em inglês em: [www.etcgroup.org/whowillfeedus](http://www.etcgroup.org/whowillfeedus). Bello, W. (2007). *Free Trade vs. Small Farmers*. TNI. Disponível em inglês em: [www.tni.org/es/node/11368](http://www.tni.org/es/node/11368)

7 Mecanismo da Sociedade Civil e dos Povos Indígenas (CSM). (2021) *CSM problem analysis document of the UN Food Systems Summit*. Disponível em inglês em <https://www.csm4cfs.org/wp-content/uploads/2021/07/Common-analysis-EN.pdf>; CSM. (2021). *CSM analysis document of the CFS Voluntary Guidelines on Food Systems and Nutrition*. Disponível em inglês em: [www.csm4cfs.org/wp-content/uploads/2016/02/CSM-FSN-WG-Background-document-on-VGFSYN.pdf](http://www.csm4cfs.org/wp-content/uploads/2016/02/CSM-FSN-WG-Background-document-on-VGFSYN.pdf)

8 FIAN International. (2020). *Briefing Note on Multi-Stakeholder Initiatives*. Disponível em espanhol em: [https://fian.org/files/files/Apuntes\\_Iniciativas\\_Multiples\\_Partes\\_Interesadas\\_2020.pdf](https://fian.org/files/files/Apuntes_Iniciativas_Multiples_Partes_Interesadas_2020.pdf)

- **Concentra-se em abordagens com base no mercado como soluções.** Como tal, as pessoas são vistas como consumidoras e não como detentoras de direitos. Este é o resultado lógico do raciocínio neoliberal e alude à sua faceta funcional. Isso inclui a criação de hierarquias dentro dos sistemas alimentares, em que a produção se torna mais importante do que os aspetos culturais, espirituais e/ou religiosos dos alimentos. Além disso, uma abordagem centrada no mercado impõe uma narrativa que favorece os modelos industriais sobre as formas tradicionais de produção e aquisição de alimentos. É sustentada por uma interpretação do desenvolvimento que não respeita necessariamente o direito dos povos a uma vida digna, nem protege o planeta. Torna invisível a magnitude dos problemas mundiais de alimentos e seus fatores determinantes, entre eles o colapso ecológico. Além disso, essa abordagem analisa a biodiversidade e as questões ambientais de um ponto de vista empresarial, voltado para o lucro.
- **Usa uma abordagem individualista e fragmentada.** Como as pessoas são consideradas consumidoras em primeiro lugar, elas são vistas como ‘janelas para oportunidades de negócios’ e não como parte da sociedade e da natureza. Nessa abordagem individualista, bem-estar e nutrição são produtos a serem vendidos, não direitos humanos. Além disso, torna as instituições comunitárias invisíveis e transforma as empresas em solucionadoras de problemas.
- **Adota uma visão limitada sobre dietas ‘nutritivas’, em vez de dietas saudáveis e sustentáveis.** Essa abordagem desconsidera o facto de que o alimento é uma das expressões mais amplas da história humana. O alimento tem tudo a ver com questões sociais e políticas. Isso significa que as dietas são condicionadas pelas relações de poder, equilíbrio e equidade de género, cultura, valores espirituais, saúde planetária, condições de trabalho e migração, entre outras questões.
- **Pretende ser resultado da neutralidade científica.** Essa abordagem é baseada em ‘evidências científicas’ frequentemente produzidas por instituições e pessoas que têm conflitos de interesses e que ignoram o conhecimento tradicional. Em parte, isso leva a um foco em novas tecnologias para resolver problemas, o que acaba a mascarar as questões de poder.

Essa visão crítica da abordagem dominante dos sistemas alimentares deriva do contexto político em que ganhou impulso: o “multiatorismo”<sup>9</sup> e as parcerias público-privadas (PPPs),<sup>10</sup> promovidas pelos ODS. Aqui, o conceito de sistemas alimentares é aplicado para apoiar soluções corporativas para a fome e a desnutrição e ignora os valores fundamentais da Carta da ONU. Portanto, um número considerável de Organizações da Sociedade Civil (OSCs) e movimentos sociais, reunidos principalmente no Mecanismo da Sociedade Civil e dos Povos Indígenas (MSC), contestam a abordagem dominante dos sistemas alimentares que atualmente é incorporada aos debates internacionais. Elas defendem ativamente abordagens plurais, baseadas nos direitos humanos e na soberania alimentar.<sup>11</sup>

Outras permanecem céticas e hesitam em referir-se ao conceito de sistemas alimentares por diferentes razões. Por exemplo, ‘sistemas alimentares’ como um termo ainda é desconhecido para muitos, especialmente no Sul Global. Na Índia, o conceito ainda é estranho para muitas OSCs e elas provavelmente não aceitarão o termo porque ele se origina no e está associado ao Norte Global. Na Colômbia, a FIAN Colômbia, por exemplo, prefere continuar a defender a soberania alimentar e

9 Iniciativas de múltiplas partes interessadas, muitas vezes também chamadas de ‘parcerias’ ou plataformas, são iniciativas que reúnem uma variedade de atores (‘partes interessadas’) que são identificados como tendo uma participação (ou seja, um interesse) em uma determinada questão, e devem, portanto, desempenhar um papel na sua abordagem. Nossa crítica refere-se especificamente à inclusão de atores corporativos em pé de igualdade com autoridades estatais e organizações da sociedade civil, embora sejam diferentes em sua natureza e na sua relação com os interesses públicos.

10 O Banco Mundial refere-se à seguinte definição de PPP pelo Laboratório do Conhecimento PPP: PPP é “um contrato de longo prazo entre uma parte privada e uma entidade governamental, para fornecer um bem ou serviço público, em que a parte privada arca com um risco significativo e a responsabilidade da gestão, e a remuneração está atrelada a desempenho”. Para obter mais informações, visite: [ppp.worldbank.org/public-private-partnership/overview/what-are-public-private-partnerships](http://ppp.worldbank.org/public-private-partnership/overview/what-are-public-private-partnerships)

11 CSM. (2021). *Positioning on the 2021 Voluntary Guidelines on Food Systems and Nutrition endorsed by Member States on the 47th Plenary Session of the CFS*. Disponível em inglês em: [www.csm4cfs.org/wp-content/uploads/2016/02/EN\\_CSMPositioningVGFSyN\\_FINAL.pdf](http://www.csm4cfs.org/wp-content/uploads/2016/02/EN_CSMPositioningVGFSyN_FINAL.pdf); CSM. (2021). *CSM Vision on Food Systems and Nutrition: An alternative to the CFS Voluntary Guidelines on Food Systems and Nutrition*. Disponível em inglês em: <https://www.csm4cfs.org/wp-content/uploads/2021/04/EN-vision-VGFSyN.pdf>; Fakhri M., Elver, H.; De Schutter, O. (2021). *The UN Food Systems Summit: How Not to Respond to the Urgency of Reform*. IPES. Disponível em inglês em: [www.ipsnews.net/2021/03/un-food-systems-summit-not-respond-urgency-reform/](http://www.ipsnews.net/2021/03/un-food-systems-summit-not-respond-urgency-reform/)

o direito humano à alimentação e nutrição, que não estão vinculados ao termo 'sistemas alimentares', em sua opinião, mas sim a '*processos alimentares*'.<sup>12</sup> Este é mais abrangente no seu escopo. Alguns também temem que, porque o termo 'sistemas alimentares' tem origem no Norte Global, ele pode tornar-se numa nova imposição colonial, que integra narrativas desenvolvidas por um pequeno grupo de elites ricas e deixa de fora os direitos e as vozes dos excluídos e grupos marginalizados da sociedade.

Na nossa opinião, a tensão de forças entre as soluções corporativas que estão por trás da abordagem de sistemas alimentares incompletos e defeituosos e as de outras abordagens defendidas pelos constituintes do CSM e as suas organizações,<sup>13</sup> ainda é enorme. Sob o atual desequilíbrio de poder, é difícil garantir que o conceito de sistemas alimentares seja usado para abranger todas as obrigações, elementos legais e princípios com os quais os Estados se comprometeram na Carta das Nações Unidas, no Projeto de Lei dos Direitos Humanos e, em geral, no rico arcabouço jurídico do direito à alimentação existente.<sup>14</sup>

### DISCURSO DE SISTEMAS ALIMENTARES E SOLUÇÕES CORPORATIVAS

Que soluções as agendas lideradas por corporações sob a abordagem dos sistemas alimentares dominantes propõem para acabar com a fome e a desnutrição? As soluções são predominantemente fundadas num modelo globalizado de desenvolvimento que cria divergências cada vez maiores entre os que ficaram ricos e poderosos e os que ficaram pobres. Tecnologias avançadas,<sup>15</sup> *big data* e financeirização em todos os sistemas alimentares são propostos como soluções eficazes para atender às necessidades alimentares da população mundial.

A considerar que milhões de pessoas no mundo hoje estão excluídas digitalmente, a decisão de basear as decisões políticas em dados que são principalmente coletados e gerenciados por meio de tecnologias digitais (que estão nas mãos de alguns atores poderosos), também tem impacto sobre a realização do direito à alimentação. A tecnologia e a digitalização são uma forma de exclusão no exercício do poder.<sup>16</sup> Essas soluções também são vendidas como formas de controlar a crise climática agora e no futuro próximo. No entanto, são claramente 'falsas soluções', porque se baseiam numa análise parcial da realidade, e desconsideram os determinantes estruturais dos desafios que enfrentamos atualmente. Além do mais, elas não questionam as regras do jogo, que continuam a favorecer aqueles que sempre venceram. Essas soluções são 'janelas de oportunidade' para os negócios, conforme mencionado acima. Um caso em questão é o uso de alimentos fortificados, que foi impulsionado pelo Movimento SUN.<sup>17</sup> Os produtos fortificados têm sido historicamente declarados como soluções para problemas alimentares e nutricionais, mas na verdade são uma grande oportunidade de negócios para os produtores de fórmulas que têm acesso a um mercado de consumidores que, por sua vez, correm o risco de se tornarem dependentes dos seus produtos. Eles desconectam as pessoas dos principais aspetos culturais, espirituais, económicos, sociais e ambientais da alimentação.<sup>18</sup>

### GRANDES PEDRAS NO CAMINHO DO DIREITO À ALIMENTAÇÃO E NAS LUTAS PELA SOBERANIA ALIMENTAR

Para enfrentar essa ameaça, os produtores de alimentos em pequena escala e os seus apoiadores estão a propor soluções comunitárias emergentes. Estas soluções têm o objetivo de avançar na direção de uma humanidade que se possa alimentar melhor, sem desrespeitar a dignidade e a soberania alimentar. No entanto, na prática, os produtores e produtoras de alimentos em pequena escala e os defensores e defensoras do direito à alimentação enfrentam vários desafios.

12 A expressão processos alimentares refere-se à complexa cadeia de eventos ou momentos que resultam na nutrição humana ou no 'facto alimentar'. É um processo multidimensional, circular na sua aparência e espiral em sua evolução. A sua articulação não é rígida, pois, em determinadas circunstâncias, um determinado elemento pode preceder ou suceder a outro, ou mesmo não estar presente. Esses momentos ou elos são: a aquisição de alimentos (que inclui a produção, mas não se reduz a ela); processamento de alimentos (que inclui processamento industrial, mas nem de longe é o mais importante); intercâmbio de alimentos (que não é apenas o mercado); consumo de alimentos; utilização biológica; e a regeneração das capacidades vitais, espirituais, materiais e da biota, que são uma pré-condição para reiniciar o processo alimentar. Consulte: Morales González, J.C. (2021). *Derecho a la alimentación y nutrición adecuadas y Soberanía Alimentaria desde los estándares internacionales de derechos humanos*. Em: FIAN Colombia. (pré-lançamento). *Cuarto informe sobre la situación del derecho a la alimentación en Colombia*.

13 O CSM consiste em 11 constituintes: pequenos agricultores/as, pastores/as, pescadores/as, povos indígenas, trabalhadores/as agrícolas e da indústria dos alimentos, sem-terra, mulheres, jovens, consumidores, vítimas da insegurança alimentar urbana e ONGs. Para obter mais informações, visite [www.csm4cfs.org/](http://www.csm4cfs.org/) (em inglês, francês e espanhol.)

14 Suarez Franco, A.M. (forthcoming). *The right to food*. Em Cantú, H. (Ed.) *Universal Declaration of Human Rights: A Commentary* (XXV). Brill-Nijhoff. Disponível em inglês em: [www.fian.org/files/files/SuarezFranco\\_RTFN\\_article\\_IIDH.pdf](http://www.fian.org/files/files/SuarezFranco_RTFN_article_IIDH.pdf)

15 Por exemplo, agricultura precisa e mecanização (assim, trabalho humano reduzido) na produção e digitalização.

16 GRAIN. (2021). *Digital control: how Big Tech moves into food and farming (and what it means)*. Disponível em inglês em: <https://grain.org/en/article/6595-digital-control-how-big-tech-moves-into-food-and-farming-and-what-it-means>

17 FIAN, SID, IBFAN. (2019). *When the SUN casts the Shadow*. Disponível em inglês em: [www.fian.org/files/files/WhenTheSunCastsAShadow\\_En.pdf](http://www.fian.org/files/files/WhenTheSunCastsAShadow_En.pdf)

18 Para uma análise mais aprofundada de algumas dessas soluções falsas lideradas por grandes empresas e como os pequenos produtores de alimentos e os seus apoiadores estão a resistir: veja os artigos "Bancos de alimentos e caridade como uma resposta falsa à fome em países ricos, mas desiguais"; "Aquicultura, Financeirização e Impactos nas Comunidades Pesqueiras"; e "O que cresce imperceptivelmente: alimentação saudável e solidariedade transformadora" nesta edição do *Observatório*.

O primeiro desafio é o **enfraquecimento das instituições públicas e das políticas públicas**, o que tem criado condições para que as empresas aumentem o seu poder. Na recente onda de governos autoritários populistas, os interesses corporativos são auxiliados pela privatização dos serviços públicos. Nesse contexto, os Estados negligenciam descaradamente as suas obrigações constitucionais e internacionais, ao mesmo tempo que concedem mais poder às empresas. Os problemas da fome e da desnutrição são vistos como questões individuais e morais, portanto, as medidas políticas tendem a negligenciar os determinantes sociais da fome e da desnutrição. Consequentemente, as pessoas — especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade — são levadas a acreditar que a fome e a desnutrição são o resultado dos seus próprios fracassos, e não a consequência de questões estruturais. Isso significa que eles raramente apontam o dedo para os abusos de poder e, de facto, para o modelo económico e agroindustrial dominante.

Na Índia, por exemplo, o governo está a cortar os subsídios do Estado para alimentos destinados a pessoas que passam fome, e tem reduzido assim a distribuição de cereia para aqueles que não têm acesso aos alimentos.<sup>19</sup> Essas medidas regressivas, juntamente com o impacto do COVID-19, estão a levar as pessoas à fome.<sup>20</sup> Essas medidas estão intimamente ligadas à influência das grandes empresas nos órgãos de governança, que decolaram sete ou oito anos atrás e agora estão a fechar um círculo. Essas empresas planejam expulsar 70% dos agricultores das suas terras de maneira legal, mas injusta. A influência das empresas para mudar as políticas está a forçar milhões de agricultores a desistir ou arrendar as suas terras para as empresas para a agricultura em grande escala e, portanto, ficarão sem terras.

O segundo desafio refere-se às **narrativas e táticas** que são utilizadas pelo setor empresarial e seus lacaios do governo nos debates dos sistemas alimentares. Frequentemente, eles usam palavras intimamente associadas a movimentos sociais, como ‘direitos humanos’, ‘igualdade de género’ e ‘agroecologia’. No entanto, esta é apenas uma tentativa de manipular a mente das pessoas e bloquear o seu instinto natural de questionar as coisas. Os usos superficiais de ‘linguagem sequestrada’ (por exemplo, no Twitter), juntamente com novos termos complicados e intimidantes, fazem parte dessa falsa narrativa. Isso é chamado de cooptação. O uso quotidiano de narrativas impostas afeta negativamente a capacidade das pessoas de dar nome e definir a sua conexão com os alimentos de acordo com as suas culturas. Um exemplo dessa linguagem cooptada é a ‘agroecologia’. Para os movimentos sociais, a ‘agroecologia’ reúne conhecimento, ciência e prática e está claramente ligada à justiça social e de género e à dignidade humana. E ainda assim o termo foi reduzido a um mero conceito técnico pelo setor empresarial.<sup>21</sup> Por meio dessas táticas, os conceitos são separados do seu contexto histórico e político e são manipulados para servir aos propósitos daqueles que os usam enganosamente.

O Brasil é um exemplo pungente dos dois desafios mencionados acima. O país foi pioneiro na promoção do direito à alimentação e nutrição da sua população sob a liderança do ex-presidente Lula. O termo ‘segurança alimentar e nutricional’ foi concebido como um conceito amplo e holístico que está intrinsecamente ligado ao direito à alimentação e à soberania alimentar. No entanto, o termo é utilizado de forma fragmentada pelo atual regime autoritário, que praticamente destruiu todas as políticas públicas que tornaram o conceito uma realidade para muitos. Além disso, esse governo adota táticas para fragmentar as estratégias das comunidades, o que previne a obtenção de resultados sustentáveis e mudanças estruturais. Isso

19 Gotoskar, S. (12 de março de 2021). NITI Aayog’s Proposal to Cut Food Subsidies Will Worsen India’s Rising Hunger Problem. *The Wire*. Disponível em inglês em: [thewire.in/government/niti-aayogs-proposal-to-cut-food-subsidies-will-worsen-indias-rising-hunger-problem](https://thewire.in/government/niti-aayogs-proposal-to-cut-food-subsidies-will-worsen-indias-rising-hunger-problem)

20 The Wire Staff. (13 de dezembro de 2020). Hunger Index Among Poor in 11 States Continues to Be Dire Post-Lockdown: Pesquisa. *The Wire*. Disponível em inglês em: [thewire.in/rights/hunger-watch-survey-lockdown](https://thewire.in/rights/hunger-watch-survey-lockdown)

21 HLPE. (2019). *Agroecological and other innovative approaches for sustainable agriculture and food systems that enhance food security and nutrition. A report by the High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security*. FAO. Disponível em inglês em: [www.fao.org/3/ca5602en/ca5602en.pdf](http://www.fao.org/3/ca5602en/ca5602en.pdf); Friends of the Earth International, Transnational Institute, e Crocevia. (2020). *Junk Agroecology*. Disponível em inglês em: [www.foei.org/wp-content/uploads/2020/10/Junk-Agroecology-FOEI-TNI-Crocevia-report-ENG.pdf](http://www.foei.org/wp-content/uploads/2020/10/Junk-Agroecology-FOEI-TNI-Crocevia-report-ENG.pdf)

também transforma os titulares de direitos em beneficiários do orçamento público, e dessa forma, enfraquece-os.<sup>22</sup>

O terceiro desafio é a tentativa da indústria de converter **os dados num critério-chave para decisões políticas e de manter as evidências ‘científicas’ ‘duras’ como o único conhecimento válido, ao mesmo tempo que desconsidera os conflitos de interesses**. A informação e a ciência são, sem dúvida, essenciais para a tomada de decisões. No entanto, a importância e o valor do conhecimento tradicional e das experiências do dia-a-dia das comunidades locais não devem ser negligenciados. Muitas vezes, é o conhecimento tradicional que alimenta a pesquisa científica com novas ideias. Porém, o conhecimento milenar que os povos indígenas adquiriram ao longo de séculos de observações é tristemente romantizado e desconsiderado, mesmo quando é relevante para decisões políticas fundamentais.

Por exemplo, a Cúpula de Sistemas Alimentares da ONU criou um grupo independente de pesquisadores e cientistas líderes (o Grupo de Ciência) que são responsáveis por garantir a ‘robustez, amplitude e independência’ da ciência que sustenta a cúpula e os seus potenciais resultados. No entanto, o público não é informado sobre como esses membros foram selecionados, ou como seus tópicos de pesquisa são decididos. A maioria desses pesquisadores são homens, a maioria dos quais são brancos que nasceram ou trabalham no Norte Global. Há também um desequilíbrio de competências, já que há um maior foco na economia agrícola do que na saúde, nas práticas de produção regenerativas (como agroecologia e práticas tradicionais) e nas ciências humanas ou sociais. A considerar o apelo do Secretário-Geral da ONU a uma “ação coletiva de todos os cidadãos para mudar radicalmente a forma como produzimos, processamos e consumimos alimentos,<sup>23</sup> o perfil do Grupo de Ciência levanta sérias dúvidas sobre a amplitude da visão que se está a aplicar aos sistemas alimentares. Também gera dúvidas sobre quais são as suas prioridades de mudança, dada a urgente tarefa de reestruturar os sistemas alimentares em direção à sustentabilidade e à saúde.

## **FUNDAMENTOS SÓLIDOS PARA UM NOVO PARADIGMA ALIMENTAR BASEADO EM SOLUÇÕES REAIS**

Gostaríamos de enfatizar os seguintes pontos em nossa análise crítica da abordagem dominante dos sistemas alimentares:

Em primeiro lugar, é fundamental que os movimentos sociais e as OSCs **defendam o caráter comum das instituições públicas e participem da formulação, adoção e implementação de políticas, em consonância com as obrigações de defesa dos direitos humanos existentes dos Estados e da democracia**. As instituições públicas devem estar ao serviço do bem comum e não ao serviço dos interesses sociais. Os esforços para preservar as instituições públicas democráticas, para retomar as instituições que foram capturadas e para defender políticas públicas baseadas nos direitos humanos também exigem denunciar situações de interferência corporativa, conflitos de interesses e/ou a substituição de instituições públicas por mecanismos de governação que incorporam múltiplos atores na tomada de decisões. Significa também exigir regras para responsabilizar as empresas e regular conflitos de interesses.

Em segundo lugar, nesta conjuntura crítica, é essencial que os movimentos sociais e as OSCs **diferenciem de forma proactiva entre as soluções que visam alcançar o bem público, a dignidade humana, a proteção da natureza e a redução das desigualdades, e aquelas que servem para manter uma ordem socioeconómica focada**

22 Santarelli, M., Burity, V., et al. (2019). *Informe Dhana 2019: autoritarismo, negação de direitos e fome*. FIAN Brasil. Disponível em: [fianbrasil.org.br/informe-dhana-2019-faca-download-aqui/](https://fianbrasil.org.br/informe-dhana-2019-faca-download-aqui/)

23 UN Web TV. (4 de setembro de 2020). Briefing do Secretário-Geral Adjunto aos Estados-Membros sobre a Cimeira dos Sistemas Alimentares das Nações Unidas de 2021. Disponível em inglês em: [Summit provides information updates at a briefing to UN Member States | United Nations](https://www.un.org/pt/press/2020/09/20200904-briefing-on-food-systems-summit/)

**meramente no lucro.** Precisamos estar atentos às tentativas de cooptação e lavagem verde ou azul que podem fazer-nos cair na armadilha de falsas soluções.

Terceiro, como não há uma solução única para vários problemas, é vital buscar um conjunto amplo e multicultural de soluções baseadas na diversidade de conhecimentos. Isso deve ir além de receber mais visibilidade e propaganda do sistema hegemônico, que se baseia no comércio e nos investimentos e tem como objetivo a manutenção do consumo e do crescimento à custa da espoliação da natureza, com os humanos incluídos. Portanto, precisamos valorizar e incorporar o conhecimento prático da população que adquirido através da observação cuidadosa dos ciclos naturais, bem como das necessidades específicas de cada grupo. Camponeses, comunidades rurais tradicionais e povos indígenas têm demonstrado que têm respostas para a fome, a desnutrição e a realização do direito à alimentação. Com base em séculos de experiência e observação, as suas soluções são mais sensíveis à natureza, úteis para aumentar a resiliência e práticas regenerativas e essenciais para enfrentar o colapso ambiental atual. Eles sempre entenderam a terra, a água e as sementes como bens comuns, em oposição à sua mercantilização. As suas práticas para proteger e promover a diversidade de sementes e variedades de plantas são fundamentais para garantir o equilíbrio ambiental e a diversidade nutricional. Como guardiões da natureza e da sua diversidade, eles não só beneficiam as suas comunidades, mas também contribuem para a preservação do planeta.

Quarto, é fundamental **reconhecer e proteger a contribuição dos camponeses, camponesas e dos povos indígenas para a realização do direito à alimentação.** A pandemia expôs dramaticamente as falhas do sistema alimentar agroindustrial dominante hoje, ao mostrar que ele contribui para a destruição de ecossistemas e a criação de condições para a propagação de zoonoses. Além disso, impõe às pessoas alimentos ultraprocessados, e coloca a sua saúde em maior risco de doenças não-transmissíveis, como a obesidade e a diabetes. Isso, por sua vez, nos torna mais vulneráveis ao vírus SARS-CoV-2. Ao mesmo tempo, pequenos produtores e produtoras de alimentos, camponeses, pescadores, pastores e trabalhadores e trabalhadoras agrícolas, alimentam a maioria da população mundial,<sup>24</sup> e produzem alimentos de forma mais sustentável e saudável. A pandemia está a colocar de frente as nossas sociedades para debater ativamente e negociar as mudanças sistêmicas tão necessárias em nossos sistemas alimentares em todo o mundo. A contribuição camponesa e indígena para o gozo do direito à alimentação deve ser colocada no centro desses debates e negociações e os seus direitos devem ser respeitados, protegidos e cumpridos.

Em quinto e último lugar, uma abordagem holística dos sistemas alimentares, baseada nos direitos humanos e na soberania alimentar e enriquecida pelos princípios do direito ambiental, é um forte instrumento para identificar soluções reais na luta pela justiça social, a incluir a justiça alimentar. Uma abordagem holística inclui o reconhecimento total das mulheres, povos indígenas, das pessoas do campo, pastores, pescadores, trabalhadores do sistema alimentar e outros setores historicamente marginalizados, como detentores de direitos, conforme reconhecido nas normas internacionais de direitos humanos, entre elas aquelas que abordam especificamente o mundo rural, tais como: a Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas (UNDRIP, na sigla em inglês); a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Camponeses, Camponesas e outras Pessoas que Trabalham nas Zonas Rurais (UNDROP, na sigla em inglês); várias convenções da Organização Internacional do Trabalho; e a recomendação geral nº 34 sobre os direitos das mulheres rurais da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW, na sigla em inglês).

24 FAO. (2014). The State of Food and Agriculture 2014: Innovation in Family Farming Food and Agriculture Organization of the United Nations. Disponível em inglês em: <http://www.fao.org/publications/sofa/2014/en>.

Uma abordagem baseada em direitos humanos que se centra na soberania alimentar é relevante e útil, porque considera a interdependência e indivisibilidade dos direitos humanos e os seus valores fundamentais como a parte central dos sistemas alimentares,<sup>25</sup> e coloca em foco as obrigações internacionais dos Estados como detentores de deveres. Os direitos humanos colocam as pessoas e o planeta no centro do governo, reconhecem o agenciamento das pessoas e exigem que a minoria poderosa não explore nossas comunidades e ecossistemas para fins de lucro.

25 CSM. (2021). Nota supracitada 7.

02

# AQUICULTURA, FINANCEIRIZAÇÃO E O IMPACTO NAS COMUNIDADES PESQUEIRAS DE PEQUENA ESCALA

*Carsten Pedersen, Yifang Tang*

**Carsten Pedersen** trabalha no Transnational Institute (TNI, ou Instituto Transnacional). O seu trabalho cobre pesquisa participativa sobre a economia oceânica, transição justa e pessoas trabalhadoras. A sua pesquisa está enraizada na colaboração com movimentos sociais e, em particular, organizações de pesca artesanal. Antes de ingressar no TNI em 2018, Carsten trabalhou com movimentos sociais por duas décadas como ativista político.

**Yifang Tang** é uma praticante de direitos humanos na FIAN International. Yifang é do Taiwan e atua como coordenadora do trabalho de casos. Ela é secretária da Rede Global pelo Direito à Alimentação e Nutrição.

## *O crescimento da produção, o aumento do apoio político e os investimentos de capital substanciais na aquicultura [...] dão origem a alguns problemas sérios.*

---

Este artigo primeiro descreve como a aquicultura tornou-se rapidamente o sector da indústria de alimentos de crescimento mais acelerado e a oportunidade de investimento mais atraente para os mercados de capital hoje em dia. O artigo também revela o custo humano, social e ambiental do aumento de dez vezes na produção da aquicultura nas últimas quatro décadas. Por último, estudos de caso selecionados demonstram os impactos negativos sobre a subsistência dos pescadores de pequena escala na Índia, Tailândia e Equador.

### **HISTÓRIA DA AQUICULTURA: UMA LONGA TRADIÇÃO**

A história da aquicultura remonta a vários milhares de anos.<sup>1</sup> Centenas de espécies diferentes de peixes, algas marinhas e mexilhões foram cultivadas em todo o mundo por pescadores e não pescadores. Na Ásia, a criação de peixes em arrozais é uma prática milenar dos camponeses que perdura até os dias de hoje, e continua a ser uma fonte essencial de alimentos nutritivos para as populações locais. Os tanques de peixes feitos com grandes pedras têm sido usados há séculos por comunidades costeiras na África para capturar peixes em rios e também na maré baixa, um método ainda comum na África do Sul. Lagoas também têm sido usadas para criar carpas na China há mais de 2.000 anos. Ao mesmo tempo, nas águas costeiras da Europa, a criação de ostras remonta ao Império Romano, quando as ostras já eram um alimento básico da classe trabalhadora, muito antes de se tornar uma iguaria para as elites ricas.<sup>2</sup> Esses exemplos deixam claro que a aquicultura não é algo recente.

#### **AGRADECIMENTOS |**

Agradecimentos especiais a Glory Lueong (FIAN International) e Sylvia Kay (TNI) pelo apoio na revisão deste artigo.

**FOTO |** Kesinee Kwaenjaroen

<sup>1</sup> History of Aquaculture (ND). Disponível em inglês em: [www.chesapeakestem.org/assets/History\\_of\\_Aquaculture.pdf](http://www.chesapeakestem.org/assets/History_of_Aquaculture.pdf).

<sup>2</sup> *Ibidem*

## CRESCIMENTO DA AQUICULTURA SOB O CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

A partir do fim da década de 1960, após a invenção da ração granulada para peixes e o desenvolvimento tecnológico de materiais sólidos e menos caros para redes e gaiolas, a produção da aquicultura começou a expandir-se lentamente. Em meados da década de 1980, a produção da aquicultura passou a ser registrada nas estatísticas da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). Reconhecendo a importância socioeconômica do setor, em 1998 a FAO produziu o seu primeiro relatório sobre a aquicultura como parte da sua série de anuários de estatísticas de pesca. De acordo com este relatório<sup>3</sup>, a produção total da aquicultura de águas interiores e marinhas foi de 16,5 milhões de toneladas em 1989. Com uma taxa de crescimento relativamente constante de 6 a 7% ao ano, a produção global atingiu 114,5 milhões de toneladas em 2018 — incluindo peixes, crustáceos, moluscos e plantas aquáticas.<sup>4</sup> A maior parte dos produtos da aquicultura é consumida na China, seguida pela União Europeia, Japão, Indonésia e Estados Unidos.<sup>5</sup> Como explica a FAO: “um marco foi alcançado em 2014, quando a contribuição do setor de aquicultura ao abastecimento de peixes para consumo humano ultrapassou pela primeira vez a de peixes selvagens”.<sup>6</sup>

Esse crescimento significativo e contínuo da produção é possível por meio do desenvolvimento tecnológico, do investimento de capital e de reformas políticas favoráveis à aquicultura. Políticas recentes ilustram o crescente apoio de governos e instituições intergovernamentais em nome da alimentação de uma população crescente, da criação de empregos, do combate à pesca predatória e os efeitos da mudança climática.

O Comitê de Pesca e Aquicultura da ONU (COFI) posicionou claramente a aquicultura como o “futuro dos alimentos” em sua 34ª sessão em fevereiro de 2021. Com a participação de mais de 100 governos e órgãos intergovernamentais, o COFI pediu financiamento, pesquisa, coleta de dados e desenvolvimento de tecnologias e políticas, e maior coordenação internacional para promover a aquicultura.<sup>7</sup> Uma iniciativa da FAO em busca dessa agenda é o desenvolvimento das Diretrizes para a Aquicultura Sustentável. A euforia geral por mais aquicultura também se reflete no discurso de abertura do Diretor-Geral da FAO, Qu Dongyu, quem declarou: “[o] potencial de uma aquicultura moderna de crescer e alimentar o mundo é extraordinário”.<sup>8</sup> O relatório da FAO sobre a situação mundial da pesca e da aquicultura (SOFIA, 2020) aponta: “O crescimento da procura por peixes e produtos pesqueiros precisa ser atendido principalmente pela expansão da produção da aquicultura”.<sup>9</sup>

Outra indicação clara do crescente apoio político à aquicultura é o posicionamento que o setor vem conquistando noutros encontros internacionais. Por exemplo, no Fórum Econômico Mundial (FEM), a aquicultura está na agenda desde 2017. Da mesma forma, o primeiro ministro da Noruega criou o Painel de Alto Nível para uma Economia Oceânica Sustentável,<sup>10</sup> enquanto o ex-vice-primeiro-ministro sueco lançou a Friends of the Ocean Action Coalition (Coalizão de Ação de Amigos do Oceano), uma iniciativa que envolve várias partes interessadas.<sup>11</sup> O painel de alto nível — um ‘clube’ autoproclamado de 14 chefes de Estado e o Enviado Especial do Secretário-Geral da ONU para o Oceano — pressiona por reformas políticas e outros meios para promover a aquicultura.<sup>12</sup> Sediado pelo FEM, o Friends of the Ocean — um grupo de líderes de governos e órgãos intergovernamentais, ONGs, universidades e empresas, incluindo instituições financeiras (por exemplo, Coca Cola e Yara International) — promove a aquicultura como parte de suas agendas oceânicas

3 FAO. (1998). Fishery statistics: Aquaculture production. *FAO Yearbook of Fishery Statistics* 86(2). Disponível em inglês, francês e espanhol em: [www.fao.org/3/a-x7461t.pdf](http://www.fao.org/3/a-x7461t.pdf).

4 *Ibidem*.

5 EU Science Hub. (2018, 27 de setembro). *How much fish do we consume? First global seafood consumption footprint published*. Disponível em inglês em: [ec.europa.eu/jrc/en/news/how-much-fish-do-we-consume-first-global-seafood-consumption-footprint-published](http://ec.europa.eu/jrc/en/news/how-much-fish-do-we-consume-first-global-seafood-consumption-footprint-published).

6 FAO. (2016). *The State of World Fisheries and Aquaculture (SOFIA) - Contributing to food security and nutrition for all*. FAO. p.2. Disponível em inglês, espanhol, francês, árabe, chinês e russo em <http://www.fao.org/documents/card/es/c/19540EN/>

7 Observações pessoais na 34ª sessão do COFI, de 1 a 5 de fevereiro de 2021; COFI. (2021). *Rascunho do relatório da trigésima quarta sessão da Comissão das Pescas – pendendo aprovação*. FAO.

8 FAO. (2021, 21 de fevereiro). *Fisheries and aquaculture are a critical part of global agri-food systems transformation, says FAO Director-General*. Disponível em inglês, espanhol, francês, árabe, chinês e russo em: [www.fao.org/news/story/en/item/1371547/icode/](http://www.fao.org/news/story/en/item/1371547/icode/).

9 FAO. (2020). *The State of World Fisheries and Aquaculture - Sustainability in action*. FAO. p. 105. Disponível em inglês, espanhol, francês, árabe, chinês e russo em: [doi.org/10.4060/ca9229en](https://doi.org/10.4060/ca9229en).

10 Painel de alto nível para uma economia oceânica sustentável. Disponível em inglês em: [oceanpanel.org](http://oceanpanel.org).

11 Friends of Ocean Action. Disponível em inglês em: [www.weforum.org/friends-of-ocean-action](http://www.weforum.org/friends-of-ocean-action).

12 Veja: Costello, C., Cao L., Gelcich S. etc. (2019). *The Future of Food from the Sea*. World Resources Institute. Disponível em inglês em: [www.oceanpanel.org/blue-papers/future-food-sea](http://www.oceanpanel.org/blue-papers/future-food-sea).

mais amplas.<sup>13</sup> Embora operem fora da esfera governamental, esses clubes adicionam peso político a um esforço cada vez maior para promover a aquicultura por meio da participação e do apoio de chefes de Estado e outros altos funcionários do governo.

Este apoio político, juntamente com reformas favoráveis à aquicultura, são necessários para garantir legalmente a propriedade privada na aquicultura (por exemplo, concessões de terras costeiras e do mar), bem como a viabilidade econômica (por exemplo, a desregulamentação ambiental). Essas reformas estão a evoluir rapidamente em muitos países. Um exemplo é o Programa de Economia Azul da Índia (Sagarmala) e a sua Política de Pesca de 2020, que promove a aquicultura costeira e marinha. Um grande número de países também está a desenvolver Planos Espaciais Marinhos, que incluem a aquicultura como um pilar central para o crescimento econômico.<sup>14</sup> Graças a políticas de comércio internacional e investimentos já existentes — como o acordo de livre comércio Parceria Econômica Regional Abrangente da região Ásia-Pacífico — o setor de aquicultura se tornou maduro o suficiente para investimentos. Dados recentes sobre fusões e aquisições mostram que o setor agora está a atrair capital financeiro da mesma forma que a agricultura e as terras agrícolas eram vistas como um ativo de investimento para o capital financeiro, especialmente após a Grande Recessão.

No entanto, a aquicultura é historicamente dominada por participantes de escala relativamente pequena ou média, com dezenas de milhares de produtores (produtores de ração para peixes) espalhados por todo o mundo. Agora, no entanto, o setor de aquicultura passa por uma rápida mudança na propriedade e na concentração da produção. Na Índia, por exemplo, o setor de ração para a aquicultura de camarão tornou-se extremamente concentrado: a Avanti Feeds aumentou a sua participação no mercado total de ração para camarão da Índia para 47% em 2019.<sup>15</sup> Desde a crise financeira de 2008, alguns grupos transnacionais, incluindo a MOWI ASA, a Thai Union Group, a Nippon Suisan Kaisha, a Austevoll Seafood, a Maruha Nichiro e a Cargill posicionaram-se como principais participantes por meio de fusões e aquisições. Juntos, eles controlam a maior parte da produção global da aquicultura, o que inclui a ração para peixes.<sup>16</sup> Mais recentemente, a família Walton e Bill Gates investiram na aquicultura e, de acordo com o Undercurrent News,<sup>17</sup> 28 negócios foram fechados por agentes financeiros (por exemplo, fundos de pensões e private equity) em 2018, contra 21 no ano anterior. A Antarctica Advisors também está a especular que pesos pesados de private equity, como o maior gigante de aquisições do mundo, a Blackstone, estão de olho em negócios na aquicultura.<sup>18</sup>

### **IMPACTO DA AQUICULTURA NAS COMUNIDADES DE PESCA DE PEQUENA ESCALA: ESTUDOS DE CASO**

O crescimento da produção, o aumento do apoio político e os investimentos de capital substanciais na aquicultura, entretanto, dão origem a alguns problemas sérios. Por um lado, a aquicultura está a causar danos à natureza e ao clima. Por outro lado, leva à expropriação de grandes camadas da população, incluindo comunidades pesqueiras que contribuem com metade dos desembarques globais da pesca com captura selvagem e empregam mais de 90% das pessoas na indústria pesqueira.<sup>19</sup> Os três estudos de caso a seguir da Índia, Tailândia e Equador ilustram o que está em jogo.

O boom mundial da indústria do camarão no fim dos anos 80 incentivou a Índia a introduzir a aquicultura para obter lucros no exterior. Desde então, uma série de reformas políticas pavimentou o caminho para o cultivo extensivo de camarão, e hoje

13 Entre 1 e 5 de junho de 2020, a organização Friends of the Ocean juntamente com o FEM organizou os Diálogos Virtuais sobre o Oceano. Este diálogo substituiu a Conferência das Nações Unidas para os Oceanos e o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável número 14 (ODS14), que foi adiado devido ao COVID-19. Eles foram endossados por muitos chefes de Estado de todo o mundo, bem como diretores-gerais e outros diretores seniores de vários órgãos da ONU. Para obter mais informações (em inglês, espanhol, francês, japonês e chinês, visite: [www.weforum.org/events/virtual-ocean-dialogues-2020/](http://www.weforum.org/events/virtual-ocean-dialogues-2020/).

14 MSP Roadmap. *MSP Around the World*. Disponível em inglês em: [www.msfglobal2030.org/msp-roadmap/msp-around-the-world/](http://www.msfglobal2030.org/msp-roadmap/msp-around-the-world/).

15 ICICI Securities. (2019, 20 de agosto). *Avanti Feeds: Maintain 'Buy' with a target price of Rs 400*. Financial Express. Disponível em inglês em: [www.financialexpress.com/market/avanti-feeds-maintain-buy-with-a-target-price-of-rs-400/1680141/](http://www.financialexpress.com/market/avanti-feeds-maintain-buy-with-a-target-price-of-rs-400/1680141/).

16 MSP Roadmap. *Nota supracitada 14*.

17 Undercurrent News. (2020, 10 de março). *Gates Foundation invest in Greece's Philosofish*. Disponível em inglês em: [www.undercurrentnews.com/2020/03/10/gates-foundation-invests-in-greeces-philosofish](http://www.undercurrentnews.com/2020/03/10/gates-foundation-invests-in-greeces-philosofish).

18 Antarctica Advisors. (2019, 18 de abril). *Could Blackstone go fishing for deals with new \$22bn-plus fund?* Disponível em inglês em: [antarcticallc.com/could-blackstone-go-fishing-for-deals-with-new-22bn-plus-fund/](http://antarcticallc.com/could-blackstone-go-fishing-for-deals-with-new-22bn-plus-fund/).

19 FAO. *Nota supracitada 6*. p. 133.

mais de 20 mil fazendas cobrem uma área de 143 mil hectares. Esta expansão da aquicultura levou à degradação da terra, à negação de acesso para os pescadores locais aos pesqueiros e expropriação da terra, conforme foi dito por pescadores locais no Tribunal da Economia Azul.<sup>20</sup>

Um exemplo é o Lago Chilika em Odisha. Chilika é a maior lagoa de água salobra da Índia e uma incubadora de biodiversidade. Também tem sido fonte de sustento para cerca de 40 mil pescadores locais por décadas.<sup>21</sup> No fim da década de 80, o governo estadual incentivou os não-pescadores e as empresas a investirem na carcinicultura (o cultivo de camarão), e introduziu, assim, políticas favoráveis à aquicultura (por exemplo, o arrendamento de terras) e subsídios para promover o setor. Essas ações criaram uma categoria de ocupação que inclui novos proprietários de terras (elites locais e não locais) que gradualmente ‘descomunizaram’<sup>22</sup> a lagoa, que previamente era acedida, compartilhada e usada como um bem comum. Além do mais, esses novos atores não se esquivam de práticas ilegais. As autoridades estaduais falham em controlar e combater a carcinicultura (produção de camarões em viveiros) ilegal, o que exacerba o impacto negativo. Por exemplo, os pescadores tradicionais, a maioria dos quais de castas marginalizadas e grupos tribais (Adivasi), perderam os seus direitos consuetudinários. Como guardiões do lago, os pescadores tradicionais de Chilika não podem mais depender da pesca para sobreviver. Além disso, eles lamentam as mudanças nos ecossistemas do lago (a perda da captura de peixes, aumento da salinidade dos aquíferos costeiros de água doce e subterrâneos, mudança das correntes, etc.) e um aumento das doenças transmitidas pela água devido à piora da sua qualidade. Terras agrícolas e pastagens de propriedade coletiva estão a ser transformadas em fazendas de camarão, impactando os sistemas alimentares locais.

Além disso, as mulheres são obrigadas a se envolver em atividades de geração de renda relacionadas à construção fora de suas comunidades. Frequentemente, elas enfrentam abusos verbais e agressões físicas, pois acabam envolvidas nos conflitos entre pescadores e não-pescadores. À medida que os stocks de peixes diminuem, também diminui o consumo doméstico de peixe, e as mulheres estão entre as mais afetadas porque são as que sofrem mais de desnutrição.<sup>23</sup>

Embora as fazendas de camarão ainda sejam propriedade de um grande número de pequenas empresas, a trajetória de desenvolvimento sob o capitalismo contemporâneo pode resultar em breve na centralização das fazendas nas mãos de um número menor de empresas maiores. A indústria de rações já está fortemente centralizada (como mencionado anteriormente neste artigo) e poderia permitir que seus proprietários invistam em fazendas, e garantam assim a propriedade de toda a cadeia de valor. Em suma, a aquicultura desenfreada de camarão causou um aumento na desigualdade económica e social entre as comunidades de pescadores tradicionais e não-pescadores, e mudou todo o tecido social ao redor do lago Chilika.<sup>24</sup>

Na Tailândia, em face do declínio dos recursos pesqueiros causado pela pesca industrial em excesso, a aquicultura surgiu como uma atividade económica viável. O Ban Don Bay, situado no Golfo da Tailândia, é o maior criadouro de crustáceos marinhos. A expansão das fazendas de frutos do mar (principalmente mexilhões) que começou na década de 1990, levou a um fenómeno conhecido como ‘mar estreito’, que envolve uma invasão do mar pelo investimento privado e empresas. Os pescadores de pequena escala estão a ver o seu acesso aos recursos marinhos costeiros negado e, como agora precisam de viajar mais para pescar, o seu rendimento

20 O Tribunal da Economia Azul é um tribunal popular independente. Seis séries de tribunais foram realizadas entre agosto e dezembro de 2020, com base em estudos que exploram as implicações sociais, económicas, ecológicas e políticas da ‘Economia Azul’ na região do Oceano Índico. Para obter mais informações sobre os veredictos (em inglês), visite [blueeconomytribunal.org/](http://blueeconomytribunal.org/).

21 Gandimathi A., Jones S., e Jesurethnam. (2021). *Socio-Economic Environmental and Political Implications of Industrial Aquaculture on Small Scale Coastal Fishers and Fisher Women in India – Odisha*. Legal Aid to Women (LAW) Trust. p. 18.

22 De acordo com Nayak e Berkes, ‘comunização’ é um processo “através do qual um recurso é convertido em um recurso usado em conjunto em instituições comuns que lidam com excludibilidade e subtração”. ‘Descomunização’ refere-se, portanto, a um processo “através do qual um recurso usado em conjunto em instituições comuns perde essas características essenciais”. Veja: Kumar, Nayaka P.K e Berkesa F. *Conservation and Society* 9(2), 132–145. p. 133.

23 Gandimathi etc. *Nota supracitada* 21.

24 Costello etc, *Nota supracitada* 12.

caiu. Para piorar a situação, eles são criminalizados por proprietários particulares de aquicultura de moluscos, enquanto as grandes empresas ganham mais controle sobre o mercado local de frutos do mar. De facto, uma pesquisa de rendimento realizada pela Universidade Walailak (2011) mostra que o rendimento dos pescadores locais não apenas diminuiu, mas muitos perderam o seu sustento e sofrem com um acúmulo de dívidas.<sup>25</sup> Eles são, portanto, obrigados a aceitar trabalhos de construção e outros empregos irregulares.<sup>26</sup>

Nessas circunstâncias, aumentou o fardo das mulheres de manter a economia doméstica e garantir a alimentação dos membros da família. Atualmente, 59% das áreas costeiras de pesca da Tailândia são controlados pela aquicultura (tanto legal quanto ilegal).<sup>27</sup> E, devido aos métodos de produção usados, o aumento na criação de crustáceos em viveiros em águas abertas não só afeta a pesca dos pescadores locais, mas também destrói o ambiente subaquático.

No Equador, a aquicultura de camarão começou na década de 70 e continuou a expandir-se até a década de 2000. Em 2008, o governo ‘legalizou’ a aquicultura de camarão por meio do Decreto Executivo 1.391, que liberou concessões para produtores. O setor é responsável por 17% das receitas cambiais do Equador (números de 2019) e conta com investimentos e incentivos do Estado, como a isenção do pagamento do imposto sobre a água. Os investimentos espanhóis e chineses floresceram recentemente como resultado de uma legislação mais favorável ao investidor.

Uma questão problemática é que a isenção do imposto sobre a água não considera a qualidade da água que é devolvida ao estuário. Como nenhum tratamento de purificação da água é exigido, a poluição da água e a contaminação dos ecossistemas do mangue estão a aumentar. A expansão da aquicultura de camarão levou à expropriação dos pescadores estuarinos dos seus territórios, que são ricos em manguezais (parte dos bens comuns de que dependiam). Eles têm, portanto, negado o seu acesso ancestral à pesca e direitos territoriais.

À medida que a área destinada à colheita e pesca diminui de tamanho, também diminui o rendimento dos pescadores locais. Com um rendimento médio mensal de US\$ 80 por família, a pobreza é generalizada entre essas populações. Eles também carecem das necessidades mais básicas, como saúde, educação e água. Os empregos que lhes são oferecidos no setor de camarão costumam ser informais e mal pagos.<sup>28</sup> De acordo com dados oficiais, 150 mil a 250 mil pessoas estavam empregadas em toda a cadeia de valor da aquicultura camaroeira em 2015 e 2019, respectivamente.<sup>29</sup> Levando-se em consideração que 250 mil hectares de área costeira passaram a ser designados para esse fim, um cálculo simples revela que esse setor gera um emprego por hectare, muito abaixo do que o ecossistema de manguezais poderia proporcionar às famílias de pescadores. Outro acontecimento alarmante é o aumento da violência e dos assassinatos desde que o governo permitiu que funcionários do setor de camarão portassem armas. Entre 2008 e 2018, mais de dez pescadores foram vítimas de guardas de segurança do viveiro de camarões na província de El Oro.<sup>30</sup>

Em conclusão, a aquicultura costeira e marinha está hoje entre os setores mais atraentes da indústria de alimentos. Durante os últimos anos, este setor tornou-se um alvo de investimento prioritário para o capital corporativo e financeiro e, por meio de fusões e aquisições, a produção está a tornar-se extremamente centralizada

25 Sawusdee, A. (2011). *Fishing Status and Management Proposal in Bandon Bay, Suratthani Province, Thailand*. Walailak Journal of Science and Technology, 7(2), 89-101.

26 Thipyan, C. *Study information on the development of joint fishery management model of fishery communities in Ban Don Bay area*. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Suratthani Rajabhat.

27 Fundação para o Desenvolvimento Sustentável. (2020). *Strengthening Evidence-based Advocacy for Gender Mainstreaming and Gender Justice in Small-scale Fisheries and Coastal Aquaculture in Thailand*. Swedbio. p.12

28 De acordo com vários depoimentos, um trabalhador temporário de uma fazenda de camarão ganha entre US\$ 15 a US\$ 20 por uma jornada de trabalho de 10 horas, enquanto, de acordo com outro depoimento, um trabalhador de uma fazenda de camarão ganha cerca de US\$ 400 por mês por um trabalho de 24 horas. No setor de embalagem, as mulheres são principalmente empregadas casualmente e recebem US\$ 0,10 centavos por libra para descascar e limpar os camarões. Muitas mulheres procuram emprego em fazendas de camarão, porque outras ocupações desapareceram. Veja: Torres Benavides, M. and Valero, J.P. (2020). *Investigación Proyecto Equitierra Conflictos en el ecosistema manglar de la costa del Ecuador – El desarrollo de la acuicultura industrial del camarón frente a los Derechos de los pueblos de recolectores y pescadores de los estuarios - Período: 2008-2018*. p.26

29 Câmara Nacional de Aquicultura do Equador. Para mais informações, em espanhol, visite: [www.cna-ecuador.com/](http://www.cna-ecuador.com/).

30 Torres Benavides, M. e Valero, J.P. *Nota supracitada* 28. xvii, p. 11.

nas mãos de proprietários cada vez maiores. Nas palavras do ativista de direitos humanos Khushi Kabir, da organização de Bangladesh Nijera Kori:

*A promoção da pesca por cultivo [criou] um enorme deslocamento. [Em] áreas onde a prática da aquicultura de camarão é maior, a pobreza subiu para os níveis mais altos do país, pois aqueles que praticam a aquicultura estão a ganhar dinheiro ao explorar a população local, cujas fontes tradicionais de rendimento foram destruídas [pela] apropriação das suas terras.<sup>31</sup>*

Mas as populações pescadoras, os pescadores de pequena escala e os trabalhadores do setor não estão assistem às mudanças em silêncio. Em todo o mundo, eles denunciam a ‘economia azul’, que consideram a apropriação dos seus territórios em nome dos chamados ‘projetos de desenvolvimento’.<sup>32</sup> Diante de evidências cada vez mais claras de que a aquicultura e a financeirização impactam as suas comunidades, os movimentos de pescadores de pequena escala estão a lutar para recuperar o controle dos seus territórios, restaurar o meio ambiente natural e avançar com a sua agenda de soberania alimentar.<sup>33</sup>

31 Kabir, K. (2020, 25 de novembro). Testemunho no Tribunal Popular Independente sobre as Implicações da Economia Azul na Costa Leste da Índia. Disponível em inglês em: [blueeconomytribunal.org/india-east-coast-tribunal/](http://blueeconomytribunal.org/india-east-coast-tribunal/).

32 Fórum Mundial dos Povos Pescadores (WFFP) (2021, 23 de fevereiro). Conferência Internacional sobre os Impactos do Relatório da Economia Azul. Disponível em inglês em: [worldfishers.org/2021/02/24/wffp-international-conference-on-impacts-of-blue-economy-response-of-the-affected-peoples-23rd-february-2021-4pm-to-630pm-indian-time-ist/](http://worldfishers.org/2021/02/24/wffp-international-conference-on-impacts-of-blue-economy-response-of-the-affected-peoples-23rd-february-2021-4pm-to-630pm-indian-time-ist/).

33 Veja: Comité Internacional de Planeamento para a Soberania Alimentar (IPC). (2021). *Declaração em resposta ao Item 7 da Agenda - Contribuição da pesca e da aquicultura na implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Disponível em inglês em: [www.foodsovereignty.org/wp-content/uploads/2021/01/EN-IPC-Statement-Agenda-Item-7-Contribution-of-fisheries-and-aquaculture-to-the-implementation-of-the-2030-Agenda-for-Sustainable-Development.pdf](http://www.foodsovereignty.org/wp-content/uploads/2021/01/EN-IPC-Statement-Agenda-Item-7-Contribution-of-fisheries-and-aquaculture-to-the-implementation-of-the-2030-Agenda-for-Sustainable-Development.pdf).

03

# BANCOS DE ALIMENTOS E CARIDADE COMO UMA RESPOSTA FALSA À FOME EM PAÍSES RICOS, MAS DESIGUAIS

*Alison Cohen, Kayleigh Garthwaite, Sabine Goodwin, jade guthrie, Wendy Heipt*

Alison Cohen é diretora sénior de programas da WhyHunger. Ela foi apoiada na coautoria deste artigo pelas colegas na WhyHunger Kristen Wyman, Suzanne Babb, Lorrie Clevenger e Betty Fermin. Kayleigh Garthwaite (PhD) é professora associada da Escola de Políticas Sociais da Universidade de Birmingham, e membro do conselho de administração da Independent Food Aid Network (IFAN). Sabine Goodwin é coordenadora da Independent Food Aid Network (IFAN). jade guthrie é coordenadora de currículo e educadora da FoodShare Toronto. E a advogada Wendy Heipt é membro do conselho diretor da WhyHunger.

*“A taxa persistente e crescente de insegurança alimentar de hoje é um subproduto previsível de sistemas que dependem do ‘capitalismo de via secundária’. No ano passado, houve aumentos notáveis na insegurança alimentar no Norte Global.”*

## A ASCENSÃO DOS BANCOS DE ALIMENTOS

A pandemia da COVID-19 expôs as injustiças e desigualdades alimentares sentidas por muitas pessoas no chamado ‘Norte Global’, particularmente aquelas em comunidades marginalizadas — pessoas negras, Indígenas e de cor. Em resposta, os governos e o setor privado aumentaram as iniciativas de ajuda alimentar de emergência, mas não abordaram as verdadeiras causas da insegurança alimentar. Tão-pouco seguiram o exemplo das comunidades que vivenciam a pobreza e a insegurança alimentar, ou as comunidades que se organizam e trabalham reciprocamente para produzir e distribuir alimentos de maneira sustentável. A taxa persistente e crescente de insegurança alimentar de hoje é um subproduto previsível de sistemas que dependem do ‘capitalismo de via secundária’<sup>1</sup> No ano passado, houve aumentos notáveis na insegurança alimentar no Norte Global. No Reino Unido, por exemplo, os bancos de alimentos independentes registraram aumentos sem precedentes na necessidade de alimentos de emergência ao longo de 2020. Os dados mais recentes da Independent Food Aid Network, uma rede para provedores de ajuda alimentar sem afiliações, mostram um aumento de 190% no número de cestas básicas de emergência com alimento suficiente para três dias distribuídas por 83 bancos de alimentos independentes entre maio de 2020 a maio de 2021.<sup>2</sup> O Trussell Trust, a maior franquia de banco de alimentos do Reino Unido, divulgou dados em abril de 2021 mostrando um recorde de 2,5 milhões de cestas de alimentos de emergência distribuídas a pessoas em crise, o que representa um aumento de 33% em relação ao ano anterior.<sup>3</sup> Nos Estados Unidos, filas de quilômetros de extensão formaram-se em centros de distribuição de alimentos e cozinhas populares,<sup>4</sup> o que enfatiza a profundidade e abrangência da insegurança alimentar. Os bancos de alimentos dos EUA forneceram o equivalente a 4,2 bilhões de refeições entre março e novembro de

### AGRADECIMENTOS |

Agradecimentos especiais a R. **Denisse Córdova Montes** (diretora associada interina da Clínica de Direitos Humanos e professora da faculdade de Direito da Universidade de Miami), **Leticia Ama Deawuo** (presidente do conselho de administração da SeedChange), **Carolynne Crawley** (fundadora, Msit No'kmaq) e **Deirdre Woods** (membro do conselho de administração da Independent Food Aid Network), pelo apoio na revisão deste artigo.

FOTO | Food Bank of Central & Eastern North Carolina

1 Rótulo atribuído ao sociólogo Joel Rogers, da Universidade de Wisconsin-Madison. Numa sociedade capitalista que entra em via secundária, os salários são reduzidos à medida que as empresas competem pelo preço, não pela qualidade, dos bens. Os chamados trabalhadores não-qualificados normalmente são incentivados por meio de punições, não de promoções; a desigualdade reina e a pobreza alastra-se. Nos Estados Unidos, o 1% mais rico dos americanos possui 40% da riqueza do país, enquanto uma parcela maior das pessoas em idade produtiva (18-65) vive mais na pobreza do que em qualquer outra nação pertencente à Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OCDE). Para mais informações, visite: [www.nytimes.com/interactive/2019/08/14/magazine/slavery-capitalism.html](http://www.nytimes.com/interactive/2019/08/14/magazine/slavery-capitalism.html).

2020,<sup>5</sup> com pelo menos 80% deles a alimentar mais pessoas do que antes da pandemia. No Canadá, os bancos de alimentos enfrentaram dificuldades para permanecer abertos e atender à crescente procura registrada.<sup>6</sup> Em todos os três países, esse número crescente de ‘novos necessitados’ levou muitas pessoas a dar atenção aos esforços caritativos para alimentar pessoas carentes pela primeira vez. E, embora esses esforços de emergência venham sendo suficientes para alimentar as pessoas no momento, eles não abordam os motivos que as levaram a procurar esses serviços em primeiro lugar.<sup>7</sup> Está mais claro do que nunca que simplesmente contar com os “bancos de alimentos” para escapar da persistente insegurança alimentar não é racional.

Em paralelo a esse aumento da procura por alimentos, houve um aumento mais amplo e preocupante do financiamento direto pelo governo para o fornecimento de alimentos de caridade. Por exemplo, o Departamento de Meio Ambiente, Alimentos e Assuntos Rurais do Reino Unido (DEFRA, na sigla em inglês) prometeu 16 milhões de libras esterlinas (US\$ 22 milhões) para a FareShare e o WRAP (Programa de Ação de Resíduos e Recursos) e para um fundo de instituições de caridade menores especializadas na distribuição de alimentos na Inglaterra<sup>8</sup>. Nos EUA, o Departamento de Agricultura (USDA, na sigla em inglês) anunciou a aprovação pelo Congresso de um fundo adicional de US\$ 850 milhões para alívio da pobreza exacerbada pelo coronavírus, além do financiamento-padrão para bancos de alimentos. Eles também expandiram a (já encerrada) parceria público-privada,<sup>9</sup> Meals-to-You, a trabalhar com a Baylor Collaborative on Hunger and Poverty, McLane Global, PepsiCo e outros, para entregar mais de um milhão de refeições por semana aos alunos em um número limitado de escolas rurais fechadas devido à Covid. Em abril de 2020, o governo canadiano anunciou a doação de até US\$ 100 milhões para a Food Banks Canada e outras organizações de distribuição de alimentos por meio do Fundo de Segurança Alimentar de Emergência para “ajudar a melhorar o acesso aos alimentos para pessoas com insegurança alimentar devido à pandemia de Covid-19”.<sup>10</sup> Todos esses fundos mais abastados procuram resolver o problema do aumento da insegurança alimentar. Mas o aumento da insegurança alimentar é um sintoma de problemas mais profundos, e aumentar os fundos das instituições de caridade com foco na alimentação não é suficiente sequer para começar a resolver esses problemas subjacentes.

## COMUNIDADES NEGRAS, INDÍGENAS E PESSOAS DE COR MAIS ATINGIDAS PELA COVID-19

Além disso, embora todas as comunidades nesses países tenham sido alteradas em algum grau pela pandemia, seu impacto não foi uniforme. As comunidades de pessoas negras, de cor e indígenas, pessoas que vivem na pobreza, pessoas com deficiência e mães solteiras integram o grupo cujas vidas foram mais afetadas. Comunidades negras e indígenas contraíram o vírus em taxas extremamente altas, em alguns lugares até dez vezes mais do que grupos não-racializados, como aconteceu em Toronto, no Canadá. Pessoas da faixa de baixo rendimento foram empurradas ainda mais para a pobreza.<sup>11</sup> No Reino Unido, “um em cada 20 trabalhadores de baixa renda perdeu o emprego todos os trimestres desde que a pandemia começou”.<sup>12</sup> Não há nada inerentemente vulnerável nessas comunidades, mas a sua ‘vulnerabilidade’ coletiva foi institucionalizada por políticas e estruturas do Estado, e as suas posições ainda mais marginalizadas pelos efeitos da pandemia.<sup>13</sup>

Essas duras verdades da pandemia — as maneiras pelas quais as comunidades marginalizadas têm arcado com as piores consequências da doença — são

- 2 Independent Food Aid Network. (22 de dezembro de 2020). *Independent Food Bank Emergency Food Parcel Distribution in the UK February to November 2019 and 2020*. Disponível em inglês em: [IFAN REPORT 22.12.20 FINAL.pdf?id=3360657](https://www.ifan-report.org/2020/12/22/FINAL.pdf?id=3360657)
- 3 Consulte: [www.trusselltrust.org/news-and-blog/latest-stats/end-year-stats/](https://www.trusselltrust.org/news-and-blog/latest-stats/end-year-stats/)
- 4 Martelli, S. (14 de dezembro de 2020). *Hunger spikes, demand rises for US food banks*. BBC News. Disponível em inglês em: [www.bbc.com/news/world-us-canada-55307722](https://www.bbc.com/news/world-us-canada-55307722)
- 5 Himmelgreen, D. e Heuer, J. (2 de fevereiro de 2021). *How food banks help Americans who have trouble getting enough to eat*. The Conversation. Disponível em inglês em: [theconversation.com/how-food-banks-help-americans-who-have-trouble-getting-enough-to-eat-148150](https://theconversation.com/how-food-banks-help-americans-who-have-trouble-getting-enough-to-eat-148150)
- 6 Harvey, A. (11 de abril de 2020). *Canadian food banks struggle to stay open, just as demand for their services skyrockets*. The Globe and Mail. Disponível em inglês em: [www.theglobeandmail.com/canada/toronto/article-canadian-food-banks-struggle-to-stay-open-just-as-demand-for-their/](https://www.theglobeandmail.com/canada/toronto/article-canadian-food-banks-struggle-to-stay-open-just-as-demand-for-their/)
- 7 Butler, P. (11 de novembro de 2020). *Growing numbers of ‘newly hungry’ forced to use UK food banks*. The Guardian. Available at: [www.theguardian.com/society/2020/nov/01/growing-numbers-newly-hungry-forced-use-uk-food-banks-covid](https://www.theguardian.com/society/2020/nov/01/growing-numbers-newly-hungry-forced-use-uk-food-banks-covid)
- 8 DEFRA. (8 de maio de 2020). *Press release - £16 million for food charities to provide meals for those in need*. GOV.UK. Disponível em inglês em: [www.gov.uk/government/news/16-million-for-food-charities-to-provide-meals-for-those-in-need](https://www.gov.uk/government/news/16-million-for-food-charities-to-provide-meals-for-those-in-need)
- 9 Consulte: [mealstoyou.org/](https://mealstoyou.org/)
- 10 Governo do Canadá. (ND). *Emergency Food Security Fund*. Disponível em inglês em: [www.agr.gc.ca/eng/agricultural-programs-and-services/emergency-food-security-fund/?id=1585855025072](https://www.agr.gc.ca/eng/agricultural-programs-and-services/emergency-food-security-fund/?id=1585855025072)
- 11 Toronto Foundation (Novembro de 2020). *The Toronto Fall Out Report. Half a year in the life of COVID-19*. Disponível em inglês em: [torontofoundation.ca/wp-content/uploads/2020/11/Toronto-Fallout-Report-2020.pdf](https://torontofoundation.ca/wp-content/uploads/2020/11/Toronto-Fallout-Report-2020.pdf)
- 12 Partington, R. (22 de janeiro de 2021). *Low-paid workers in UK more than twice as likely to lose job in pandemic*. The Guardian. Disponível em inglês em: [www.theguardian.com/business/2021/jan/22/low-paid-workers-in-uk-more-than-twice-as-likely-to-lose-job-in-pandemic](https://www.theguardian.com/business/2021/jan/22/low-paid-workers-in-uk-more-than-twice-as-likely-to-lose-job-in-pandemic)
- 13 Por exemplo, em 2019, um estudo canadiano relatou que famílias negras tinham 3,56 vezes mais proba-

frequentemente ignoradas nas mensagens do governo sobre a COVID-19. Essa ação intencional de tornar invisíveis as realidades vividas pelas pessoas racializadas, pobres e deficientes nas narrativas tradicionais ajuda a despolitizar o problema — o problema da pandemia, o problema da pobreza, o problema da insegurança alimentar. Não podemos continuar a falar sobre insegurança alimentar sem falar sobre colonialismo, pobreza, racismo, capitalismo, patriarcado e preconceito. Embora tenhamos ouvido líderes políticos a garantir-nos que ‘ninguém será deixado para trás’, a dura realidade é que essas comunidades estão a ser deixadas para trás todos os dias. O aumento do número de refeições distribuídas pelos bancos de alimentos não altera essa realidade.

Essas verdades subjacentes e os resultados que elas produziram eram inevitáveis, dada a realidade dos nossos sistemas atuais. O Reino Unido, os Estados Unidos e o Canadá são países coloniais “capitalistas”, palavra-chave para uma variedade de arranjos governamentais que, em parte, apoiam sistemas económicos enraizados na propriedade privada de bens e recursos. Os países capitalistas diferem, entre outras coisas, na quantidade e natureza das regulamentações que possuem, no grau de controle político institucional, no tipo de sistema tributário em vigor e na presença e força de uma rede de segurança social.<sup>14</sup> As sociedades capitalistas de ‘via secundária’<sup>15</sup> desse grupo são estruturas económicas que começaram graças ao suor de pessoas escravizadas e hoje continuam a impactar excessivamente e negativamente as Comunidades negras, de cor e indígenas. Nas sociedades capitalistas de via secundária, as regulamentações são baixas, a estrutura tributária favorece os que têm dinheiro e a desigualdade na distribuição de riqueza é extrema.<sup>16</sup> Um pequeno setor da população torna-se excessivamente rico com o trabalho tanto dos trabalhadores de baixo rendimento<sup>17</sup> quanto dos mais marginalizados,<sup>18</sup> e a insegurança alimentar é um dos preços pagos para a manutenção desse status quo. Nesse tipo de sistema, os bancos de alimentos reforçam essas condições, fornecendo acesso emergencial aos alimentos sem desafiar as estruturas que criam essas condições injustas em primeiro lugar.

Embora possa ser fácil para alguns — especialmente aqueles que se beneficiam da predominância branca e da riqueza transferida de geração em geração — ignorar esses desequilíbrios subjacentes durante os chamados tempos normais, as desigualdades de riqueza, saúde e acesso à nutrição adequada são exacerbadas<sup>19</sup> durante uma crise e se tornam mais difíceis de ignorar. Em vez de enfrentar essas questões subjacentes de frente, os governos aceitaram o aumento da insegurança alimentar como uma realidade infeliz em vez de um problema solucionável. Essa tolerância para o que deveria ser uma situação inaceitável institucionaliza ainda mais a realidade da insegurança alimentar. Como uma manifestação dessa aceitação, essas sociedades voltaram-se para parceiros corporativos e bancos de alimentos para aumentar a capacidade, em vez de abordar a pobreza ou a estrutura social. Numa crise, isso faz mais do que manter o status quo — e beneficia ativamente os que estão no topo e esmaga os que estão na base.

### ALIANÇAS ENTRE EMPRESAS E AJUDA ALIMENTAR PERPETUAM A POBREZA

Em todos esses três estados-nação, o aumento na oferta de alimentos por organizações beneficentes veio acompanhado de parcerias cada vez mais fortes com grandes empresas.<sup>20</sup> Por exemplo, as empresas que doaram alimentos para bancos de alimentos durante a pandemia se beneficiaram de créditos fiscais<sup>21</sup> e de um impulso nas relações públicas<sup>22</sup> ao mesmo tempo em que se aprofundou a aliança entre empresas e os bancos de alimentos, uma aliança que já existia antes e provavelmente sobreviverá à nossa crise atual. Isso também reforça a parceria negativa entre a

bilidade de sofrer insegurança alimentar do que famílias brancas. Nos EUA, “mais de 60% dos condados com populações predominantemente nativas sofriam de insegurança alimentar profunda em 2019”. Um relatório do Reino Unido de 2017 revelou que mais da metade das famílias que participavam de um programa alimentar de emergência incluíam pessoas com deficiência, enquanto 75% apresentavam problemas de saúde e insegurança financeira associada. Dados adquiridos durante a COVID-19 mostram que um em cada 10 (9%) das pessoas que foram encaminhadas para bancos de alimentos na rede Trussell Trust identificam-se como negros ou negros britânicos. Isso é três vezes a taxa registrada na população geral do Reino Unido (3%). Esses números destacam as hierarquias sistêmicas que sempre existiram e que a pandemia expôs.

14 As muitas faces do capitalismo são refletidas nos numerosos rótulos atribuídos a diferentes formas de capitalismo, incluindo capitalismo *laissez-faire*, capitalismo responsável, capitalismo acionista, capitalismo desenfreado, capitalismo oligárquico, capitalismo predatório, etc.

15 Nota supracitada 1.

16 Consulte: Pew Research Center. (Janeiro de 2020). *Most Americans Say There Is Too Much Economic Inequality in the U.S., but Fewer Than Half Call It a Top Priority*. Observe que há muitas maneiras de medir a desigualdade de rendimento, mas, independentemente da metodologia usada, a desigualdade económica nos EUA é mais pronunciada.

17 Por exemplo, a Westmoreland, uma das maiores empresas de carvão da América do Norte, pediu concordata um ano depois de distribuir bônus generosos aos seus executivos. Um juiz de um tribunal de concordatas determinou que a empresa poderia encerrar os benefícios de saúde para centenas de mineiros aposentados e as suas famílias, o que levou o advogado da empresa a declarar: “Isso não é culpa dos aposentados .... Não é culpa da empresa. É apenas o mercado[.]”.

18 Por exemplo, a diretora-presidente da Mylan, Heather Bresch, aumentou o preço das EpiPens, injeções que salvam as vidas de pessoas com reações alérgicas, em mais de 400%, enquanto a sua remuneração de executiva foi de US\$ 2,5 milhões em 2007 para quase US\$ 19 milhões em 2015.

19 Menon, R. (29 de dezembro de 2020). *Covid-19 and the Nightmare of Food Insecurity*. The Nation. Disponível em inglês em: [www.thenation.com/article/economy/covid-hunger-inequality/](http://www.thenation.com/article/economy/covid-hunger-inequality/)

20 Consulte: Egan, M. (26 de janeiro de 2021). *America's Billionaires have grown \$1.1 Trillion Richer During*

ganância corporativa e as redes de proteção social do governo que já existiam antes da pandemia. Sob esse acordo imoral, gigantes corporativos exploram os seus trabalhadores e trabalhadoras, que são desproporcionalmente negras, de cor, indígenas, enquanto remuneram em excesso os seus altos executivos. Isso obriga as pessoas trabalhadoras de baixo rendimento a depender de programas do governo para sobreviver,<sup>23</sup> enquanto abre as portas para o dinheiro das grandes empresas que recebem incentivos fiscais para as suas doações.<sup>24</sup> Dessa forma, essas empresas estão efetivamente a criar as condições que geram e perpetuam a pobreza e a insegurança alimentar.

E embora muitos pequenos negócios tenham enfrentado dificuldades no ano passado, os lucros das maiores empresas comerciais cresceram — as mesmas companhias que fazem lobby contra aumentos no salário mínimo, estrangulam sindicatos e recusam-se a fornecer licença médica remunerada estão a lucrar com esta pandemia global.<sup>25</sup> Nos EUA, sob a Lei de Dedução Fiscal Federal Elevada para a Doação de Alimentos, as empresas podem deduzir até 15% da sua receita líquida para a doações de alimentos. Essas empresas não repassaram nenhum lucro extra para os seus trabalhadores e trabalhadoras na linha de frente que recebem os salários mais baixos, e mesmo aqueles que pagaram “remuneração pelo risco” de trabalhar durante a pandemia cancelaram esses programas, enquanto os seus diretores-presidentes recebem salários de milhões de dólares.<sup>26</sup> O fim do subsídio de periculosidade não apenas levou de volta esse dinheiro aos bolsos dos acionistas e das elites corporativas, mas também minou a equidade racial, étnica e de gênero, uma vez que as comunidades negras, de cor e indígenas e as mulheres são sobrerrepresentadas na força de trabalho da linha de frente do comércio. Essas empresas posicionam-se como ‘empregadores benevolentes’ com iniciativas como pagamento do subsídio de periculosidade e doações de alimentos, enquanto continuam a explorar os direitos dos trabalhadores nos bastidores, e efetivamente dão impulso ao impacto desproporcional da pandemia nas comunidades marginalizadas e pessoas trabalhadoras de baixo rendimento.<sup>27</sup>

Não é por acaso que a faixa da população que tem sido forçada a mergulhar cada vez mais na pobreza e na insegurança alimentar trabalha predominantemente ao longo da cadeia alimentar — trabalhadores agrícolas migrantes, trabalhadores de empresas de processamento de carne e trabalhadores de supermercados.<sup>28</sup> Esses ‘heróis da linha de frente’ que arriscam as suas vidas para colocar comida nas mesas de famílias em todo o Norte Global enfrentam dificuldades para alimentar as suas próprias famílias como resultado desta cultura corporativa de exploração.

Esses acordos permitem que os governos se esquivem ainda mais das suas responsabilidades e também contribuem para uma perceção pública equivocada. Não só as pessoas que se oferecem como voluntárias e doam para os bancos de alimentos, muitas vezes sentem — erroneamente — que estão ajudando a resolver o problema, mas também a atenção da opinião pública se volta para os sintomas imediatos do problema, e não na raiz do problema em si. É crucial, então, que o fornecimento emergencial de alimentos não seja enquadrado como ‘a’ solução para a segurança alimentar no Norte Global. É hora de parar de se concentrar em respostas paliativas de caridade e começar a colocar o foco nas estruturas que impulsionam a insegurança alimentar, e de evitar respostas governamentais que não envolvem a comunidade e aumentam ainda mais as desigualdades sociais.

*the Pandemic*. CNN Business. Disponível em inglês em: [edition.cnn.com/2021/01/26/business/billionaire-wealth-inequality-poverty/index.html](https://edition.cnn.com/2021/01/26/business/billionaire-wealth-inequality-poverty/index.html)

21 Nos EUA, sob a Dedução Fiscal Federal Reforçada para a Doação de Alimentos, as empresas podem deduzir até 15% da receita líquida para doações de alimentos.

22 Fisher, A. (22 de abril de 2020). *The COVID Crisis Is Reinforcing the Hunger Industrial Complex*. The MIT Press Reader. Disponível em inglês em: [thereader.mitpress.mit.edu/the-covid-crisis-is-reinforcing-the-hunger-industrial-complex/](https://thereader.mitpress.mit.edu/the-covid-crisis-is-reinforcing-the-hunger-industrial-complex/) Observe que a Smithfield, um grande produtor de carne suína e alvo de ações judiciais que detalham um ambiente de racismo, recebeu cobertura favorável pela imprensa por doar milhões de quilos de proteína animal a bancos de alimentos durante a pandemia.

23 Rosenberg, E. (18 de novembro de 2020). *Walmart and McDonald's Have the Most Workers on Food Stamps and Medicaid, New Study Shows*. Seattle Times. Disponível em inglês em: [www.seattletimes.com/business/walmart-and-mcdonalds-have-the-most-workers-on-food-stamps-and-medicaid-new-study-shows](https://www.seattletimes.com/business/walmart-and-mcdonalds-have-the-most-workers-on-food-stamps-and-medicaid-new-study-shows)

24 Para obter mais informações sobre a resposta corporativa à insegurança alimentar durante a pandemia da Covid, incluindo US\$ 10 milhões para organizações que ajudaram a expandir o acesso aos alimentos: [walmart.org/how-we-give/walmart-orgs-response-to-covid-19](https://walmart.org/how-we-give/walmart-orgs-response-to-covid-19)

25 Abdelbaki, R. (10 de maio de 2020). *For the Owners of Loblaws, Ripping Off Canadian Workers Is a Family Business*. Jacobin. Disponível em inglês em: [www.jacobinmag.com/2020/10/loblaws-westons-coronavirus-workers](https://www.jacobinmag.com/2020/10/loblaws-westons-coronavirus-workers)

26 Melin, A. (13 de maio de 2021). *Kroger, Blasted for Ending Hazard Pay, Gave CEO \$22 Million*. Bloomberg. Disponível em inglês em: [www.bloomberg.com/news/articles/2021-05-13/kroger-blasted-for-ending-hazard-pay-gave-its-ceo-22-million](https://www.bloomberg.com/news/articles/2021-05-13/kroger-blasted-for-ending-hazard-pay-gave-its-ceo-22-million)

27 Kinder, M., Stater, L., and Du, J. (2020). *Windfall profits and deadly risks: How the biggest retail companies are compensating essential workers during the COVID-19 pandemic*. The Brookings Institute.

28 Chen, Y-H., Glymour, M., and Riley A., et al. (2021). *Excess mortality associated with the COVID-19 pandemic among Californians 18–65 years of age, by occupational sector and occupation: March through October 2020*. PLoS ONE 16(6): e0252454. Disponível em inglês em: [doi.org/10.1371/journal.pone.0252454](https://doi.org/10.1371/journal.pone.0252454)

## AJUDA MÚTUA E RECIPROCIDADE COMUNITÁRIA COMO UMA ‘VERDADEIRA SOLUÇÃO’ PARA A FOME

A realização de um direito humano holístico à alimentação e nutrição adequadas pode levar o debate para além do acesso a alimentos e oferecidos por instituições de caridade, e também revelar soluções que atacam as causas sistêmicas da fome e da pobreza. Da mesma forma que as causas da insegurança alimentar eram palpáveis muito antes do surto da COVID-19, as respostas ao aumento da necessidade de alimentos e rendimento durante esses tempos difíceis de pandemia também não são ‘novas’. As organizações de base e suas comunidades, e os movimentos sociais globais têm uma longa história de organizar e responder às necessidades de comunidades que precisam de alimentos e rendimento — da ajuda comunitária mútua e brigadas de solidariedade, a um aumento da produção doméstica e comunitária de alimentos. Agora há um ressurgimento de comunidades que se organizam em torno da ajuda mútua — um conjunto de princípios que guiam as comunidades a cuidar-se de forma interdependente, horizontal e coletiva e se estendem a todos que vivem em comunidade. Essas ações estão inseridas na reciprocidade, uma prática que há muito tem sido o alicerce da sabedoria indígena e um meio de sobrevivência para as comunidades negras. A compreensão cósmica do mundo pelas comunidades Indígenas está enraizada na obrigação de preservar a abundância que é intrínseca à vida, inclusive para as gerações vindouras. Essa visão de mundo é registrada entre os Haudenosaunee e Anishinaabeg na parte nordeste da Ilha da Tartaruga, com “O Prato com Uma Única Colher” *Wampum*.<sup>29</sup> A noção de ‘uma única panela comum’, um prato abundante que nutre uma comunidade inteira de forma igualitária, garante não só que o seu povo sobreviva, mas prospere com dignidade.<sup>30</sup>

A COVID-19 tornou visível a necessidade e a força dos modelos de ajuda mútua de cuidado comunitário e autossustentação para as comunidades mais afetadas por desigualdades sociais e económicas. Esses modelos de solidariedade e reciprocidade são necessários para a sobrevivência em tempos de crise. E a sua história de *susus* (associações de poupança comunitária profundamente enraizadas nas histórias africanas) apoiam os grupos de hoje: comerciantes que se educam uns aos outros, agricultores que compartilham sementes, vizinhos que cultivam uma horta comunitária e famílias que compram em mercearias cooperativas. Estes são exemplos de como seria uma ‘verdadeira’ solução para acabar com a insegurança alimentar, e “uma visão poderosa de uma sociedade alternativa — na qual não somos mais imaginados como marcas individuais, consumidores, empresários numa competição sem fim, mas um coletivo ligado por compaixão, cooperação e o espírito de democracia participativa”.<sup>31</sup>

Essa pandemia elevou a ajuda mútua e os modelos de reciprocidade comunitária<sup>32</sup>, mantidos por meio dos esforços de organização das mulheres de cor<sup>33</sup>, em nossa consciência coletiva. Essas alternativas podem levar à verdadeira soberania alimentar e fortalecer o poder das comunidades, mesmo que representem a ruína de estruturas sociais que exigem divisões, extração de recursos e controle sobre a mão de obra. Embora a COVID-19 represente uma ameaça significativa à nossa saúde pública, também deu vida a formas contemporâneas de reciprocidade comunitária. Daqui para a frente, a liderança comunitária, juntamente com mudanças estruturais no nível do Estado — abordagens baseadas no rendimento, no direito ao abrigo, trabalho com salário digno e justo — precisam ser priorizadas para que se possa garantir a construção de um sistema que seja verdadeiramente inclusivo sem deixar ninguém para trás, no qual cuidamos uns dos outros. Este pode ser o único alicerce verdadeiro de uma sociedade autodeterminada e justa, onde todos tenham o direito de viver com dignidade e abundância.

29 Wampum são contas de concha tradicionais usadas por comunidades indígenas no Atlântico Norte Ocidental transformadas em cintos usados para contar histórias. Para obter mais informações, visite: [www.onondaganation.org/culture/wampum/](http://www.onondaganation.org/culture/wampum/)

30 Brooks, L.T. (2008). *The common pot: the recovery of native space in the Northeast*. University of Minnesota Press.

31 Whitley, M. (14 de julho de 2020). *Why ‘Mutual Aid’? – social solidarity, not charity*. Open Democracy. Disponível em inglês em: [www.opendemocracy.net/en/can-europe-make-it/why-mutual-aid-social-solidarity-not-charity/](https://www.opendemocracy.net/en/can-europe-make-it/why-mutual-aid-social-solidarity-not-charity/)

32 Sitrin, M. (Ed.). (2000). *Pandemic Solidarity: Mutual Aid During the Covid-19 Crisis*. Pluto Press.

33 Fernando, C. (2021). *Mutual aid networks find roots in communities of color*. ABC News. Disponível em inglês em: [abcnews.go.com/US/wireStory/mutual-aid-networks-find-roots-communities-color-75403719](https://abcnews.go.com/US/wireStory/mutual-aid-networks-find-roots-communities-color-75403719)

# O QUE CRESCE IMPERCEPTIVELMENTE: ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL E SOLIDARIEDADE TRANSFORMADORA

*Mario Gabriel Macías Yela, Valéria Torres Amaral Burity, Paulo Asafe C. Spínola, Sofia Monsalve*

**Mario Gabriel Macías Yela**, engenheiro agrônomo da Universidade Técnica Estadual de Quevedo, é o diretor executivo da FIAN Equador. Ele é mestre em Agroecologia e Agricultura Sustentável pela Universidade Agrária do Equador e membro da Organização Camponesa Centro Agrícola Quevedo.

**Valéria Torres Amaral Burity** é a secretária-geral da FIAN Brasil. Ela é advogada com mestrado em Direito Econômico e dissertação sobre Direito à Alimentação e Democracia no Brasil, pela Universidade Federal da Paraíba. Desde 2002, Valéria atua na área de soberania alimentar, direitos humanos e políticas públicas. Ela é pesquisadora visitante da Cátedra Josué de Castro da Universidade de São Paulo e membro do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional.

**Paulo Asafe C. Spínola** é assessor de direitos humanos da FIAN Brasil. Ele é mestre em Ciências Políticas pela Universidade de Brasília, com especialização em pesquisa sobre governação e políticas públicas para a agricultura familiar.

**Sofia Monsalve** é a secretária-geral da FIAN Internacional. Ela é mestre em Ciências Políticas e Filosofia. Antes de se tornar secretária-geral em 2016, ela coordenou o programa de terras e recursos naturais da FIAN por mais de 15 anos.

*“A alimentação [...] é uma das áreas onde há mais inovação comunitária e de realocação [...]»*

Como já se sabe, a COVID-19 agravou uma situação alimentar e nutricional que já era precária em muitos países antes da pandemia. O número de pessoas afetadas pela insegurança alimentar na América Latina vem aumentando há cinco anos: em 2019, um terço da população, ou seja, 191 milhões de pessoas na região, sofria de insegurança alimentar moderada ou grave.<sup>1</sup> Entre os afetados, 32,4% eram mulheres e 25,7% homens, ou seja, havia quase 20 milhões de mulheres a mais do que homens sofrendo de insegurança alimentar naquele ano.<sup>2</sup> No fim de 2020, o total de pessoas que vivem na pobreza chegou a 209 milhões, 22 milhões a mais que no ano anterior, segundo estimativas da CEPAL.<sup>3</sup> O enfraquecimento das instituições públicas como resultado de décadas de políticas de austeridade tem impedido os Estados de fornecer respostas que cumpram com as suas obrigações de proteger os direitos humanos para enfrentar a crise atual. Ainda mais preocupantes são as medidas claramente regressivas que os Estados tomaram no meio da crise. Entre elas está, por exemplo, a flexibilidade laboral que aumenta ainda mais a precariedade das condições de trabalho no Equador<sup>4</sup>; ou a redução das reservas de alimentos no Brasil justamente durante a pandemia e em decorrência do desmantelamento da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), iniciado no fim de 2019.<sup>5</sup>

Durante a crise, além de documentar as violações que os Estados cometem por ação ou omissão de suas obrigações, compilamos as iniciativas de organizações sociais que nasceram no meio das dificuldades e que procuram promover a solidariedade e o senso de comunidade em tempos de fome e preocupação. Consideramos essas iniciativas como exercícios que reafirmam a dignidade humana, a soberania popular e a capacidade de perseverar num contexto de adversidade. Este artigo tem como objetivo refletir de forma mais detalhada sobre algumas das iniciativas autogestio-

#### AGRADECIMENTO |

Um agradecimento especial a Isabel Álvarez Vispo (URGECI) e Marciano Toledo Silva (Movimento dos Pequenos Agricultores, MPA) pelo apoio na revisão deste artigo.

#### FOTO | Mario Macías Yela

- 1 FAO, FIDA, OPS, WFP e UNICEF (2020). *Panorama de la seguridad alimentaria y nutrición en América Latina y el Caribe 2020*. Santiago de Chile. Disponível em espanhol, inglês, árabe, chinês, russo e francês em: <https://doi.org/10.4060/cb2242es>
- 2 *Ibid.* pág. 16.
- 3 Comissão Económica para a América Latina e Caribe (CEPAL), *Panorama Social de América Latina, 2020* (LC/PUB.2021/2-P/Rev.1), Santiago, 2021.
- 4 Comissão Económica para a América Latina e Caribe (CEPAL), *Panorama Social de América Latina, 2020* (LC/PUB.2021/2-P/Rev.1), Santiago, 2021.
- 5 Peres, João and Victor, Matioli. (2020, Setembro 19). *O governo deveria estocar arroz, não você*. Disponível em: [ojoioetrigo.com.br/2020/09/o-governo-deveria-estocar-arroz-nao-voce/](https://ojoioetrigo.com.br/2020/09/o-governo-deveria-estocar-arroz-nao-voce/).

nárias que surgiram em dois países latino-americanos: Brasil e Equador. Através de entrevistas com membros do Movimento dos Sem Terra (MST) e do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), no Brasil, e das Comunidades Huancavilcas/Santa Elena, da Corporação de Organizações Camponesas e Indígenas de Flores (COCIF), da União das Organizações Camponesas de Esmeraldas (UOCE) e do Centro Agrícola Cantonal de Quevedo (CACQ), no Equador, além de consultas em redes sociais e uma revisão de outras fontes, procuramos entender como essas propostas surgiram, como elas funcionam, quais são as suas dimensões e quem são os atores envolvidos. Concluiremos o artigo tentando elucidar até que ponto essas iniciativas são apenas um reflexo do momento e temporárias; ou em que medida elas se apresentam como uma alternativa para reinventar as relações sociais, produtivas e de cuidado.

### **RANDI RANDI, TROCA DE ALIMENTOS E SOLIDARIEDADE ENTRE OS POVOS**

O *randi randi* (que em quíchua significa “trocar”, “dar e receber” ou “dar por dar sem prejudicar”) é uma prática ancestral que as populações, principalmente na América Latina, realizavam como forma de comercializar os seus produtos em troca de outros do mesmo valor ou importância. Atualmente, com a pandemia da COVID-19, esta ação volta a ocupar o seu espaço, o que mostra que em tempos de crise, a solidariedade dos povos é extremamente importante, e pode colocar em segundo plano o comércio baseado em dinheiro.

Durante a pandemia, as medidas de confinamento implementadas pelo governo equatoriano levaram ao encerramento de mercados populares, à proibição de feiras populares camponesas e indígenas, do comércio informal e da pesca artesanal, entre outras medidas. Essas ações tiveram forte impacto em setores voltados à população de baixo rendimento, principalmente na zona rural. Assim, entre março e maio de 2020, diversas organizações camponesas, indígenas e pesqueiras promoveram a prática da troca de alimentos para atender às suas necessidades de produtos alimentícios. Na COCIF 2000, famílias de 27 comunidades da região de Flores, no cantão de Riobamba, beneficiaram-se da troca de alimentos realizada com a CACQ do cantão de Quevedo, com a participação de 150 famílias de seis comunidades do CACQ. Paralelamente, o Sindicato das Organizações Camponesas de Esmeraldas também promoveu trocas de alimentos, com a participação de 500 famílias das suas comunidades de base que doaram produtos que beneficiaram 956 famílias de bairros de baixo rendimento da província de Esmeraldas; localmente, promoveu-se a troca entre famílias de pescadores e pescadoras e cerca de quinze toneladas de alimentos provenientes de propriedades campesinas foram doadas às comunidades Huancavilcas.

Por sua vez, o Movimento Nacional Camponês-FECAOL<sup>6</sup> também realizou o intercâmbio de alimentos. Esta iniciativa, de acordo com os relatórios da organização, foi de âmbito nacional. Cerca de mil famílias Montubias e indígenas participaram do combate à crise alimentar no Equador, organizado em parceria com a ONG Mujeres sin Límites, a Prefeitura de Tungurahua e a Conferência Plurinacional e Intercultural sobre Soberania Alimentar (COPISA). Numa ação inédita, a FECAOL também instalou farmácias campestres em diversos setores de baixo rendimento na cidade de Guayaquil, com o objetivo de fornecer diversas plantas com propriedades medicinais à população local, já que o acesso aos centros de saúde durante a pandemia era bastante limitado.

6 Para mais informações, leia: <https://www.alainet.org/es/articulo/206824>.

Em todos os casos acima mencionados, além da realização de intercâmbio de alimentos, foram compartilhadas receitas culturalmente adequadas, provenientes dos fogões iluminados pela sabedoria e conhecimentos tradicionais das mulheres do campo, em particular sobre plantas com propriedades medicinais que cada mulher de organizações camponesas e indígenas conserva nos seus territórios. Isso serviu em grande parte para fortalecer o sistema imunológico da comunidade e propiciou uma recuperação da memória viva dos cuidados tradicionais da saúde. As mulheres dessas organizações priorizam a vida, e demonstram a importância do cuidado da terra para a reprodução da vida e de que isso precisa ser um compromisso de todos os membros da comunidade. É nesse sentido que elas falam de soberania alimentar. Além da troca de sementes nativas, os produtos utilizados para o intercâmbio provêm de sistemas de produção diversificados e trabalhados agroecologicamente, comumente utilizados para cobrir parte da necessidade de alimentos das mesmas famílias e destinar o excedente para abastecer os mercados locais. Essas famílias produzem na tranquilidade e segurança em que vivem e não se sentem especialmente vulneráveis ao vírus, uma vez que a diversidade permite uma produção autónoma e não dependente de agrotóxicos.

Os meios e estratégias operacionais usados para realizar o intercâmbio eram múltiplos: primeiro fazia-se o levantamento dos produtos disponíveis nas propriedades camponesas, depois os produtos eram levados para um único local onde eram devidamente acondicionados e posteriormente transportados. A logística era conduzida por jovens que, coletivamente, dinamizaram todas as atividades a serem realizadas e geraram uma aproximação com as prefeituras para ter apoio na mobilização local para a arrecadação de alimentos e posteriormente a distribuição dos produtos da troca. Para os jovens do CACQ, que também compõem a Unidade Agroecológica e Política “Machete y Garabato”, a troca é definida como um ato de moeda viva, pois os produtos trocados, além do seu valor nutricional ou económico, também carregam o valor do trabalho de famílias camponesas e indígenas que produzem agroecologicamente e em harmonia com a natureza. Diante da proibição da mobilidade, um sistema organizado foi fundamental, pois garantiu salvo-condutos que permitiram a movimentação sem qualquer restrição. Também foram feitas entregas para famílias que precisavam mover suas colheitas.

### **MINGA<sup>7</sup> CONTRA A FOME: “NÃO ESTAMOS DOANDO O QUE SOBRA. ESTAMOS DISTRIBUINDO O QUE PRODUZIMOS.”**

Diante da fome e da insegurança alimentar desencadeadas pelas medidas de contenção da pandemia, membros das organizações camponesas entrevistadas no Brasil e no Equador começaram a organizar espontaneamente ações de solidariedade para fornecer alimentos aos desempregados, que foram desalojados das suas casas ou que já viviam nas ruas. Essas ações foram realizadas em diversas modalidades: doações de produtos provenientes de acampamentos, assentamentos e propriedades camponesas, doações de cestas básicas, doações de refeições em cozinhas populares e a criação de bancos populares de alimentos onde a população podia doar ou ter acesso a alimentos. É difícil estabelecer as dimensões dessas iniciativas, mas as evidências indicam que o seu impacto é considerável. O MST afirma estar a desenvolver ações solidárias em vinte e quatro Estados do Brasil. O MPA, por sua vez, em treze Estados. No Equador, os nossos registos cobrem apenas a província costeira de Santa Elena, os cantões costeiros de Quevedo e Esmeraldas e o cantão Riobamba, na serra. O MST informa que de março a setembro de 2020, o movimento doou 3.400 toneladas de alimentos<sup>8</sup>. O MPA relata um volume de 1.100 toneladas até fevereiro de 2021. As comunidades de Huancavilca relatam ter doado 11 toneladas de hortaliças que beneficiaram 600 famílias. No Brasil, a ação coletiva Comida

7 Minga é uma forma tradicional indígena de trabalho comunitário ou coletivo que pode ter múltiplos fins.

8 Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). (2020, Setembro 9). *Desde o início da pandemia, MST já doou 3400 toneladas de alimentos você*. Disponível em: [mst.org.br/2020/09/09/desde-o-inicio-da-pandemia-mst-ja-doou-3400-toneladas-de-alimentos/](https://mst.org.br/2020/09/09/desde-o-inicio-da-pandemia-mst-ja-doou-3400-toneladas-de-alimentos/)

de Verdade mapeou entre os meses de agosto e outubro de 2020 mais de 300 iniciativas em todo o país, lideradas por movimentos sociais, organizações populares e grupos de base, tanto rurais quanto urbanos, que surgiram como formas de facilitar o encontro entre quem produz alimentos saudáveis e quem deseja consumi-los.<sup>9</sup>

A preocupação com a alimentação saudável, já fortemente presente na sociedade brasileira antes da pandemia, ganhou grande impulso na crise atual e se tornou um ângulo estratégico para forjar novas relações entre o campo e a cidade. As pessoas entrevistadas para este artigo foram enfáticas em destacar que não se trata de caridade, mas de apoio; e que não basta distribuir alimentos, mas é preciso trabalhar em conjunto com a população urbana para que se entenda de onde eles vêm, quem os produz e em que condições. Os entrevistados e as entrevistadas também destacaram a importância para a população urbana de se valorizar a produção agroecológica campesina e até mesmo aprender a produzir hortas agroecológicas nas cidades. Nesse sentido, as diversas iniciativas de solidariedade alimentar causaram o fortalecimento de soluções coletivas para lidar com a questão alimentar, como é o caso dos conselhos municipais de segurança alimentar e nutricional do Brasil; ou a construção de novas formas de relações sociais e comunitárias como os comitês populares de alimentos, que em algumas experiências têm a participação destacada de agentes populares de saúde<sup>10</sup> e incluem desde a organização de bancos populares de alimentos, até a educação sobre direitos sociais e a formação em agroecologia para criar hortas comunitárias. Da mesma forma, o MPA descreve como os canais de distribuição de alimentos foram reestruturados no contexto do ajuste aos protocolos de segurança sanitária para conter a pandemia<sup>11</sup>. Na experiência do grupo Huancavilca, também foram as jovens e os jovens que organizaram a logística de transporte e distribuição dos alimentos doados. Muitas dessas iniciativas de reestruturação das relações sociais que alimentam a população brasileira estão sendo documentadas em bancos de dados como este: <https://agroecologiaemrede.org.br>

## CONCLUSÕES

Com a pandemia se iniciou uma época bastante incerta e volátil de reconfigurações estruturais em muitos níveis. Arturo Escobar afirma que:

“A alimentação [...] é uma das áreas onde mais inovação comunitária e de realocação está a ocorrer (ou seja, inovações que rompem com o modo de vida patriarcal, racista e capitalista), por exemplo, em termos da ênfase na soberania alimentar, agroecologia, hortas urbanas, etc. Estas atividades realocadoras, principalmente quando ocorrerem de forma agroecológica e ‘vinda de baixo’, permitem-nos repensar as redes produtivas nacionais e internacionais, o bem comum e as relações entre o campo e as cidades [...]. Relocalizar a partir de uma série de estratégias verbais: comer, aprender, curar, habitar, construir, saber. Isso vai muito além de se reduzir a pegada ecológica, e envolve uma reorientação significativa do desenho dos mundos que habitamos”.<sup>12</sup>

É vital, então, compreender o potencial que reside nesses experimentos e propostas para abrir novas formas de realizar o direito humano à alimentação e nutrição adequadas. Para isso, é necessário acompanhar iniciativas como as que modestamente documentamos neste artigo. Experimentos desse tipo surgiram não apenas no Brasil e no Equador, mas também em toda a América Latina e em outros continentes. É claro que essas não são iniciativas de caridade que buscam aliviar a crise da fome desencadeada pela COVID-19 ao replicar relações sociais de dominação que fortalecem o modelo industrial e comercial da produção e distribuição de *junk food*.

9 <https://acaocoletivacomidadeverdade.org/>

10 Agentes populares de saúde são pessoas formadas por organizações sociais ou comunitárias (às vezes em cooperação com autoridades municipais) para atender a temas de saúde pública e comunitária, principalmente em campos como a detecção prematura de problemas e as práticas preventivas.

11 Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). (2020, Abril 15). *Campanhas do MPA asseguram a distribuição de alimentos saudáveis durante a pandemia da Covid-19*. Disponível em: [mpabrasil.org.br/noticias/mpa-as-seguram-a-distribuicao-de-alimentos-covid-19/](https://mpabrasil.org.br/noticias/mpa-as-seguram-a-distribuicao-de-alimentos-covid-19/)

12 Escobar, A. (2020). El pensamiento en tiempo de pospandemia. Em R. L. Segato et al., *Pandemia al sur*. Compilado por O. Quijano Valencia e C. Corredor Jiménez. 1ª edição especial. Prometeo Libros, págs. 31-54.

Trata-se de iniciativas auto-organizadas de agricultoras e agricultores camponeses e indígenas, e não de grandes supermercados ou empresas, que estão a reconfigurar as relações de produção e distribuição de alimentos de forma a fortalecer a economia social e solidária.<sup>13</sup> Por outro lado, sabe-se que essas iniciativas têm melhorado o acesso à alimentação agroecológica saudável por setores da população de baixo rendimento com recursos escassos. Esta é uma conquista bastante considerável. Até agora, a discussão tem se concentrado principalmente em garantir que a produção agroecológica receba apoio suficiente da comunidade de consumidores e consumidoras, e não tanto em garantir que a população em situação de insegurança alimentar tenha acesso a essa dieta mais saudável. É fundamental ver como essa tendência pode ser assegurada. Igualmente importante é o facto de que essas propostas estão a desmercantilizar os alimentos, ao reafirmar o carácter comunitário de garantir que alimentos saudáveis sejam produzidos, e também que cheguem aos que mais precisam. Futuramente, será fundamental investigar como essas iniciativas sociais e comunitárias estão a reconfigurar as relações com as instituições públicas e governamentais, e se consolidam como espaços de exercício da autonomia e da realização de direitos.

13 A Constituição do Equador em seu art. 288 estabelece que o sistema económico equatoriano é social e solidário, colocando a economia solidária no mesmo nível que a economia pública e privada. O objetivo é a promoção de um novo modelo de desenvolvimento que a própria Constituição denomina “*sumak kawsay*”, ou “viver bem”. O Movimento da Economia Social e Solidária do Equador (MESSE) considera a economia social e solidária como “uma forma de convivência entre as pessoas e a natureza que satisfaz as necessidades HUMANAS e garante a sustentação da VIDA, com uma visão INTEGRAL, mediante a força da ORGANIZAÇÃO, aplicando os saberes e as práticas ANCESTRAIS para transformar a SOCIEDADE e construir uma cultura de PAZ”.

---

Leia o *Observatório*, reflita connosco e participe!

Visite o *Observatório do Direito à Alimentação e à Nutrição*:  
[www.righttofoodandnutrition.org/observatorio](http://www.righttofoodandnutrition.org/observatorio)

Participe da discussão no [Facebook](#), [Instagram](#)  
e [Twitter](#) pelo #RtFNWatch

